

4. ASPECTOS SOBRE AS DINÂMICAS DEMOGRÁFICAS E ECONÓMICAS NA REGIÃO NORTE

O território apresenta contrastes na forma como se distribuem os seus efectivos populacionais e as actividades económicas: para o caso português, a uma ocupação mais densa nos aglomerados do litoral (com excepção da costa alentejana), nos quais sobressaem as Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, contrapõe-se uma vasta área do interior, onde a actividade rural vai dando lugar, ainda que de uma forma ténue, a novas dinâmicas territoriais marcadas por processos de concentração da população e emprego nalguns pólos que se vão afirmando nos respectivos contextos territoriais¹. A evolução recente de indicadores estatísticos, revela que (...) *este modelo de ocupação tende a acentuar-se, já que, as maiores taxas de crescimento da população se verificam nas áreas mais densas, quase independentemente do padrão de povoamento ser disperso ou concentrado*².

Não se esquivando a estas tendências, a Região Norte apresenta dois espaços distintos: por um lado, o conjunto de municípios que integram o triângulo que se define

¹ *Nos finais dos anos noventa, Portugal apresenta um padrão de ocupação assimétrico. Por um lado, uma extensa mancha densamente urbanizada, localizada preferencialmente no litoral, onde se regista uma forte dinâmica demográfica. Por outro, um extenso território em regressão populacional ocupando uma vasta área do espaço nacional. (...) Nas áreas em despovoamento emergem pequenas concentrações urbanas, pouco activas em termos demográficos e económicos.* (OLIVEIRA (coord.) et al, 2000: 24)

² MARQUES (coord.) et al, 1997: 29.

para leste aproximadamente até Amarante, para norte até Viana do Castelo e, para sul, até Oliveira de Azeméis, o qual se caracteriza pelo forte dinamismo demográfico e económico, apresentando-se com a população mais jovem do país e uma industrialização muito virada para a exportação, por outro, o restante espaço regional, onde predomina o emprego no sector agrícola, pontuado por cidades, de que são exemplo Bragança, Chaves, Mirandela e o eixo Vila Real-Régua-Lamego, nas quais, a crescente terciarização, tem vindo a consolidar a sua vocação de âncora aos espaços envolventes.

A tendência para a rarefacção populacional, a falta de qualificação da mão-de-obra e o envelhecimento da população ou as reduzidas condições de acessibilidade, parecem constituir as características mais comuns aos sub-espacos regionais do interior, podendo sugerir que o parco progresso das cidades médias – centros de amarração do desenvolvimento sub-regional -, conotado com a criação de atractivos e a prestação de serviços para os *hinterlands* em perda, esteja na base da lenta revitalização das dinâmicas territoriais nas últimas décadas.

As novas acessibilidades, definidas no Plano Rodoviário Nacional de 1985, por via dos sistemas de incentivos provenientes da União Europeia, conheceram uma fase de franca expansão na segunda metade da década de oitenta e nos anos noventa, revigorando as velhas ideias de que os desequilíbrios e as assimetrias regionais poderiam atenuar-se mediante a redução das distâncias. Porém, se é verdade que casos houve em que essa redução de tempos de viagem rondou os 50%, tendo constituído alternativa interessante à (re)localização principalmente das empresas, não é menos verdade que, para a década de oitenta e primeira metade da de noventa, às perdas de população nas NUTs III de Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho-Lima, se contrapõem os ganhos mais fortes para o mesmo indicador nas do Ave, Cávado, Entre Douro e Vouga e Grande Porto.

Em consequência de um vasto conjunto de factores no qual se devem incluir, entre outros, a melhoria das condições de acessibilidade, os esforços empreendidos no sentido de melhorar a distribuição de equipamentos e infra-estruturas básicas, a redistribuição

dos níveis de rendimento, a internacionalização da economia nacional ou a crescente facilidade com que se propaga a informação. Estes factores traduzem-se, globalmente, na melhoria da qualidade de vida das populações, compondo um cenário territorial que comparado com períodos anteriores, revela alterações resultantes de sucessivos esforços no sentido de uma maior aproximação a padrões de referência de maior riqueza e sucesso. O aumento da velocidade, e conseqüente redução dos tempos de viagem conseguidos com a nova rede de infra-estruturas rodoviárias, ao aproximar os espaços, pode constituir, neste quadro, um dos factores de diluição das diferenças, pelo menos no que respeita à concretização das vontades e desejos das populações. Ora, tratando-se de uma evidência remota mais recentemente banalizada pelos meios de comunicação social, o que se propõe agora é a abordagem à relação entre as dinâmicas demográficas e económicas na Região Norte e a alteração das condições de acessibilidade rodoviária.

Em primeiro lugar, a atenção vai para as alterações na distribuição da população, seguindo-se uma abordagem a aspectos da qualidade de vida e, depois, à dinâmica económica recente.

4.1 POPULAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA

4.1.1 Estabilização e envelhecimento (1960 a 1997)

A desaceleração no ritmo de crescimento da população residente na Região Norte, a par e passo com o seu progressivo envelhecimento, é o balanço global que pode fazer-se, com particular evidência desde 1981. Esta evolução, todavia, não se terá processado de uma forma homogénea no território e, muito menos, terá conduzido a uma inversão significativa nas tendências de distribuição da população: as de sinal positivo verificaram-se preferencialmente no litoral, enquanto as de sinal negativo ter-se-ão registado um pouco por todo o interior (figura 4.1). Apesar de se manterem aqueles sentidos de evolução, nota-se, em particular a partir de 1981 a atenuação dos ritmos de

evolução. Comparando as posições de cada agrupamento de concelhos na variação de 1960/81, com as de 1981/91 e de 1991/1997, a aproximação ao eixo das abcissas revela a atenuação dos ganhos, mas também das perdas. Mesmo assim, tal como no início do século, o contributo da Região Norte para o total da população residente do país mantém-se acima dos 30% (INE, 1998-a).

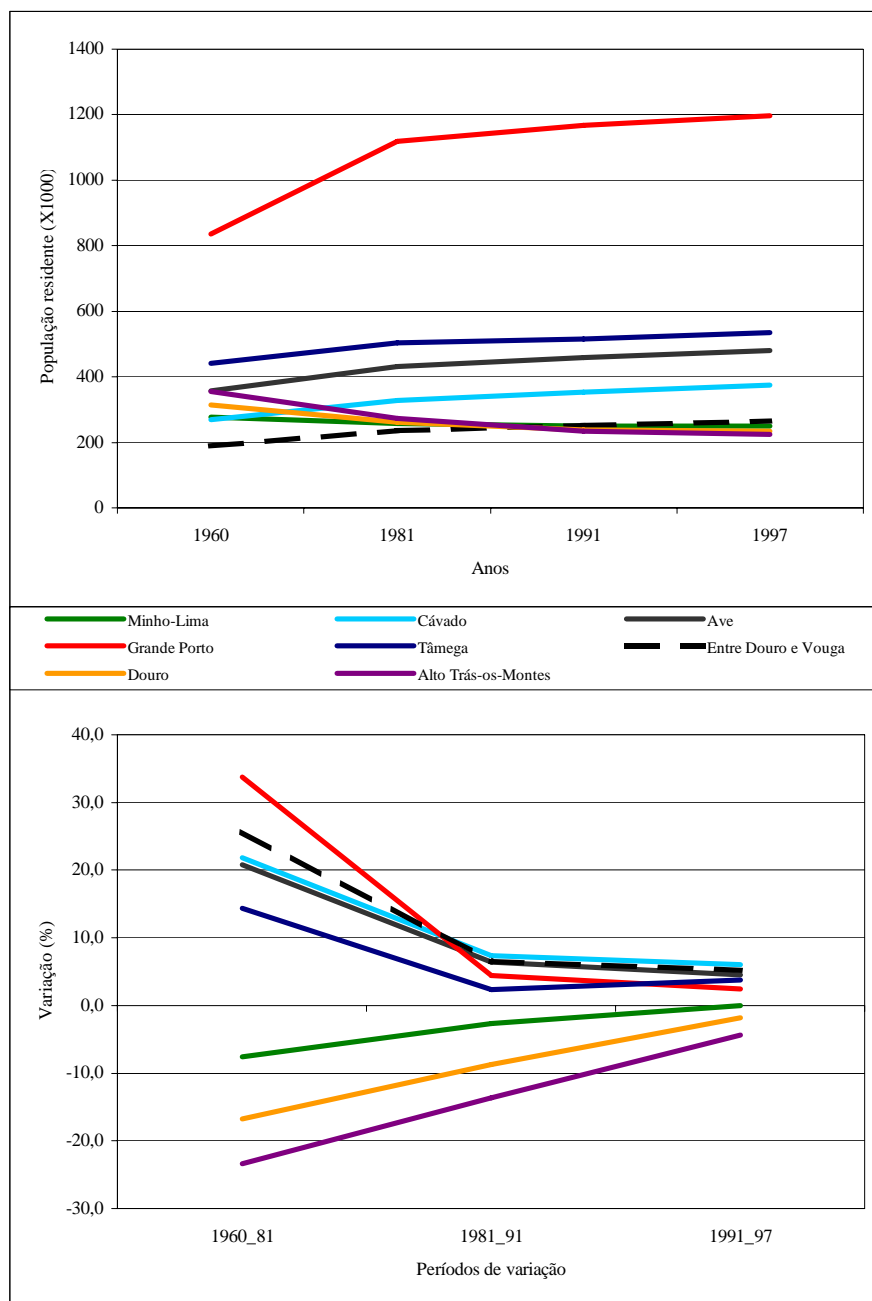
A dimensão que a Região Norte mantém nos espaços que se distribuem pela Área Metropolitana do Porto e pelas envolvências cada vez mais alargadas, e também o esforço de recuperação dos territórios a leste, conferem-lhe um lugar de destaque, tanto no contexto nacional, como no deste e das regiões vizinhas de Espanha, posicionando-se em segundo lugar (depois da de Andaluzia) no *ranking* dos valores de população residente em 1997³ (INE, 1998-a).

Neste processo de aparente compensação inter-regional⁴, os extremos das variações de população residente à escala concelhia atingem valores inferiores a -40%, entre 1960 e 1981 (figura 4.2), em Miranda do Douro (-47,6%) e Montalegre (-40,7%), representando os mínimos das perdas registadas em todos os concelhos. Pelo contrário, Valongo com 92,9% e Paredes com 56% compõem os extremos dos maiores ganhadores. Registe-se porém, que neste quadro de perdas, as menos acentuadas distribuem-se essencialmente por uma auréola que envolve o triângulo de maior dinamismo definido por Viana do Castelo, Amarante e Oliveira de Azeméis, e ainda pelos municípios de Mirandela e Bragança. As imagens seguintes, pela redução do número de classes, quer de valores positivos, quer negativos valores, corroboram as leituras anteriores sobre a atenuação das diferenças nas variações.

³ Estas distribuições foram observadas por DAVEAU (1998: 75) quando comparou dois cenários para a Península Ibérica com um intervalo de cerca de 100 anos (1870-71/1981): *[a] distribuição da população na Península Ibérica teve provavelmente cedo uma componente periférica preferencial, desenvolvendo-se núcleos activos nos lugares providos de contactos fáceis com o mundo exterior. Mas o contraste entre a periferia e o centro acentuou-se muito nas épocas recentes. (...) Os núcleos mais povoados continuam sendo o Noroeste de Portugal e a vizinha Galiza ocidental, o País Basco, a Catalunha, a região de Valença-Murcia (...), os arredores das duas capitais, Lisboa e Madrid, e a baixa Andaluzia.*

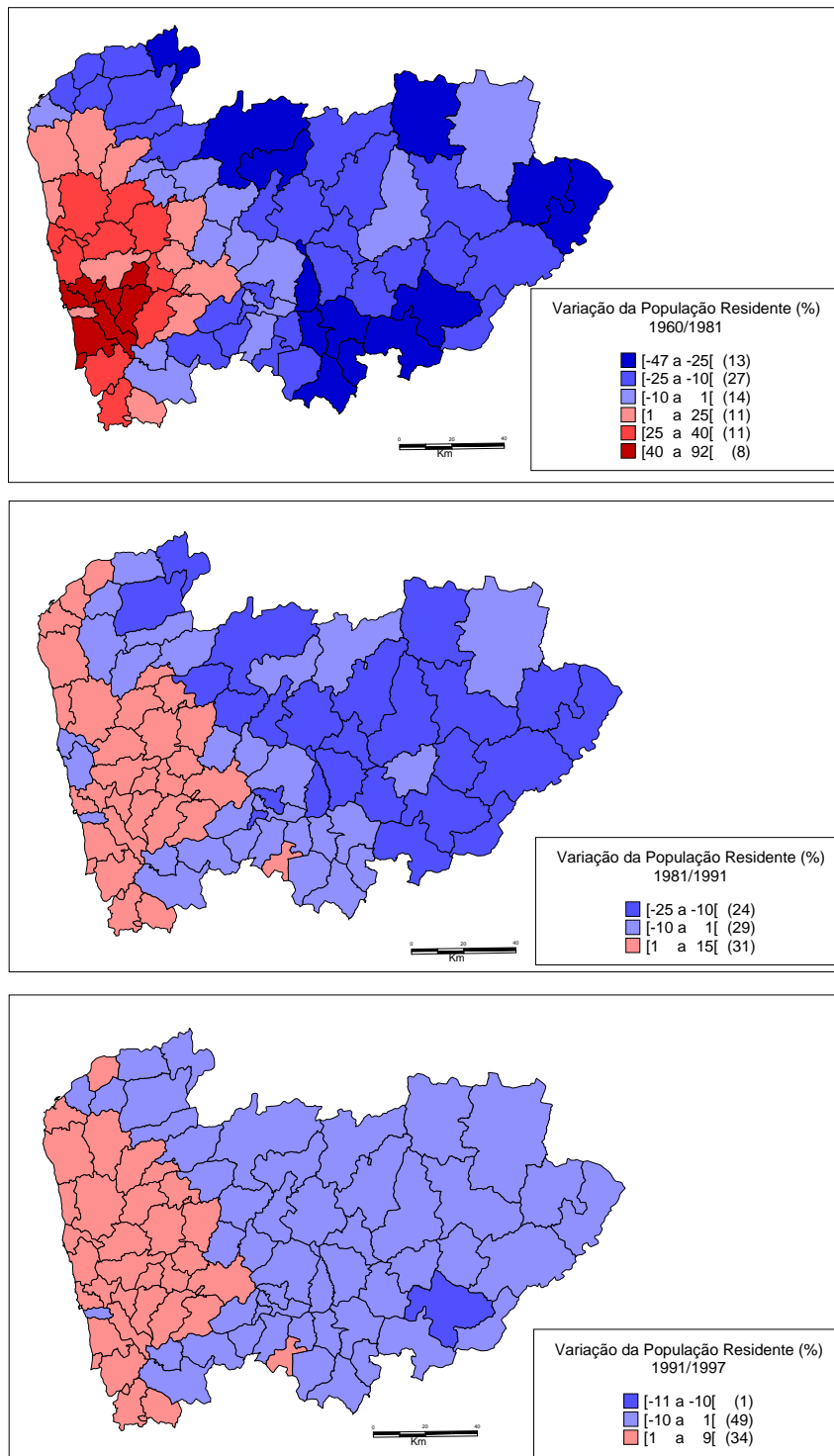
⁴ Entre 1981 e 1991 as NUTs III do Alto Trás-os-Montes, do Douro e do Minho-Lima perdem 67000 efectivos, enquanto as restantes ganham, no total, 68000 (INE, 1981 e 1991).

Figura 4.1 – População residente e variação da população residente nas NUT III, de 1960 a 1997



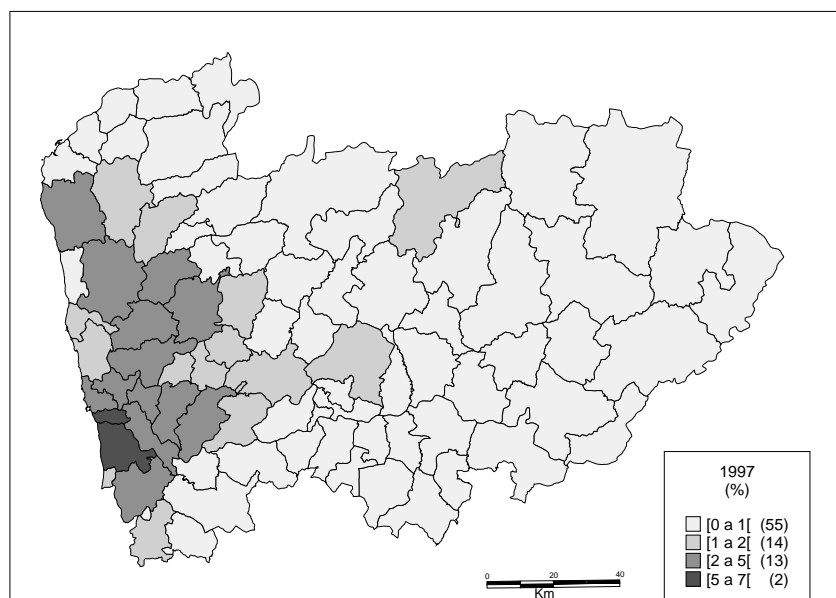
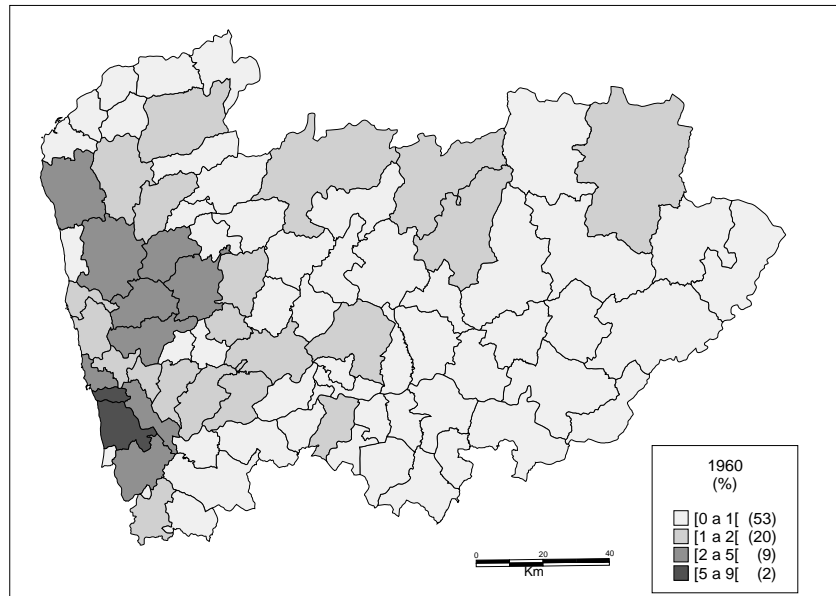
Fonte: INE, Recenseamentos da População de 1960, 1981 e 1991 e Anuário Estatístico da Região Norte de 1998.

Figura 4.2 – População residente dos concelhos da Região Norte
(1960/81, 1981/91 e 1991/97)



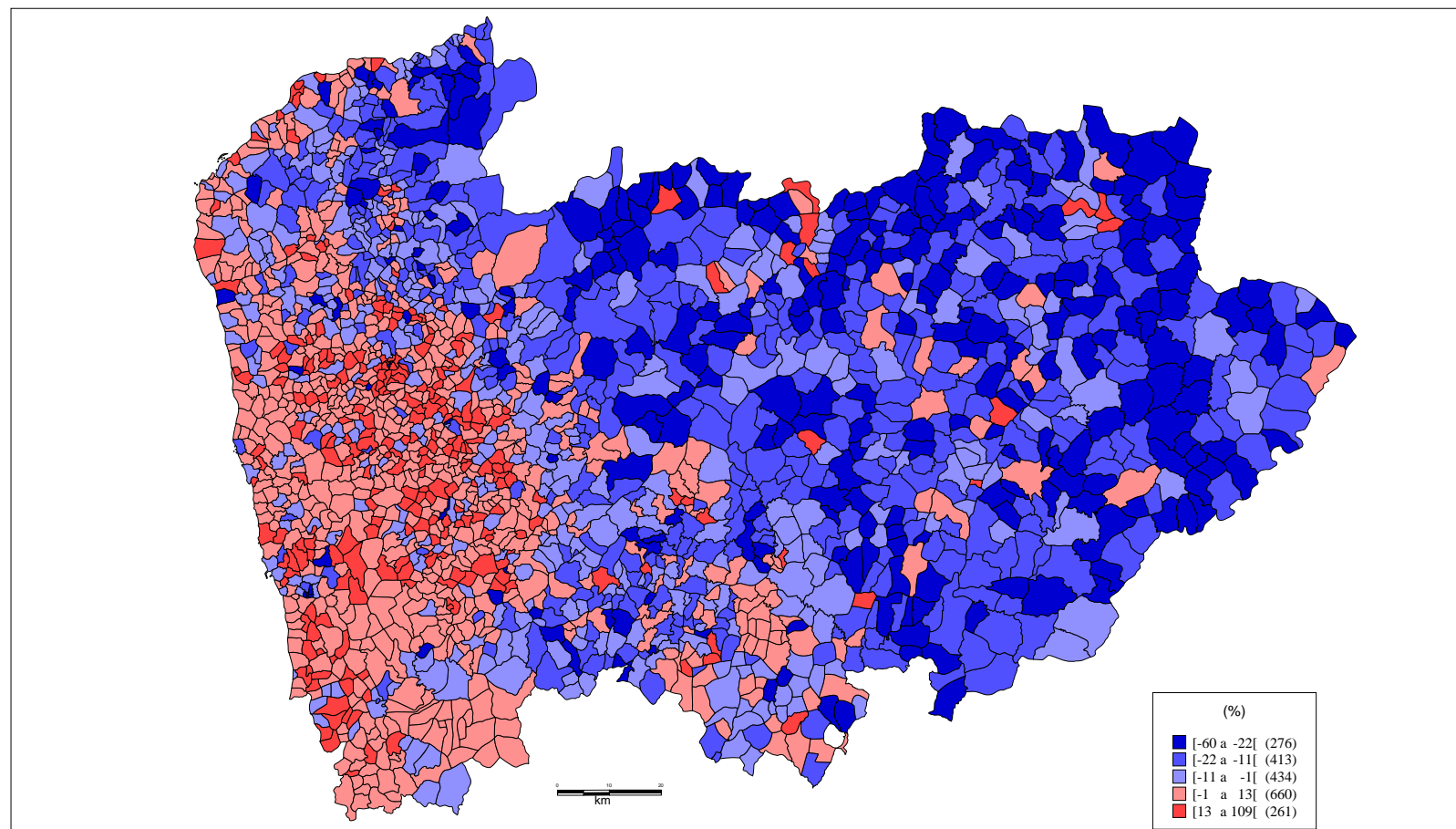
Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1960, 1981 e 1991 e Anuário Estatístico da Região Norte, 1998.

Figura 4.3 – População residente em 1960 e 1997: peso concelhio no total da Região Norte



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1960 e Anuário Estatístico da Região Norte, 1998

Figura 4.4 – Variação da população residente nas freguesias da Região Norte (1981/91)



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1981 e 1991

O peso concelhio da população residente na Região Norte (figura 4.3), permite destacar, de 1960 para 1997, a consolidação de uma mancha de valores iguais ou superiores a 1% no triângulo definido por Viana do Castelo - Vila Real - Oliveira de Azeméis, constituindo Chaves a única excepção, num quadro regional onde Bragança, Arcos de Valdevez, Lamego, Montalegre e Valpaços deixam de se incluir nesse conjunto por registarem valores inferiores a 1%.

Ainda a este propósito, a figura 4.4, apesar de se reportar à década de 80, permite observar com mais pormenor a distribuição da população residente na região: localizadas na sua maioria nas sub-regiões do Alto Trás-os-Montes, Douro e Minho Lima, mais de metade das freguesias registaram perdas de população. Entre as manchas de variação positiva e as de variação negativa, as quais se apresentam “salpicadas” por freguesias de sinal oposto, nota-se a presença de uma área de transição, de orientação noroeste sudeste, correspondente aos espaços de expansão dos espaços mais densamente ocupados.

O desafio de ligar em linha recta as freguesias (ou conjuntos) ganhadoras de população entre 1981 e 1991, em particular no interior, resulta numa rede muito próxima da que actualmente define os itinerários fundamentais e complementares e as estradas nacionais principais do passado. Embora servidos por estradas nacionais (nem sempre em bom estado), Vinhais, Vimioso, Freixo de Espada à Cinta, Torre de Moncorvo e Vila Nova de Foz Côa, por exemplo, apresentam uma localização, de certo modo, desprivilegiada no interior da região, devido, entre outros motivos, ao seu afastamento face aos concelhos mais dinâmicos e à falta de tradição nas relações com as áreas da vizinha Espanha.

A estrutura etária da população residente no Norte de Portugal em 1991, revela a presença de espaços que se distribuem maioritariamente pelas NUTs III do Ave, Cávado e Tâmega com a classe dos jovens (0 a 14 anos) a ocupar cerca de um quarto da população das freguesias. Os indivíduos com 65 e mais anos, compõe um quadro inverso do anterior, sendo que em qualquer dos casos a tendência entre 1991 e 1997 aponta para o duplo envelhecimento, devido à redução do primeiro escalão e o aumento da representatividade dos efectivos do último.

Ora, alterações moderadas nas percentagens de jovens e idosos, explicam para o Grande Porto e Entre Douro e Vouga os menores índices de dependência total⁵ entre 1991 e 1997 (Figura 4.5). No oposto, situam-se o Minho Lima, o Douro e Alto Trás-os-Montes. O Ave e o Cávado registam as maiores dependências de jovens⁶, assumindo posições inversas no que diz respeito à dependência dos idosos⁷. O índice de envelhecimento⁸ tem assumido valores crescentes de 1981 a 1997 (figura 4.6), sendo particularmente evidente no Alto Trás-os-Montes, Minho Lima e Douro.

Ao contraste regional verificado na distribuição da população residente junta-se, por um lado, o envelhecimento demográfico mais evidente nas áreas em perda e, por outro, os maiores contingentes de jovens nas áreas de maior densidade de ocupação. Sendo comum em muitos países da União europeia, o processo de envelhecimento da população na Região Norte ainda não atingiu os níveis nacionais. Aliás, (...) *o Norte Litoral, os Açores e a Madeira permanecem como “ilhas” de grande vitalidade demográfica, com uma taxa bruta de natalidade em 1993-1994 cerca de 30% superior à do país.*⁹

⁵ Índice de dependência total = $((\text{Pop} \leq 14 + \text{Pop} \geq 65) / (\text{PopTot} - (\text{Pop} \leq 14 + \text{Pop} \geq 65))) \times 100$

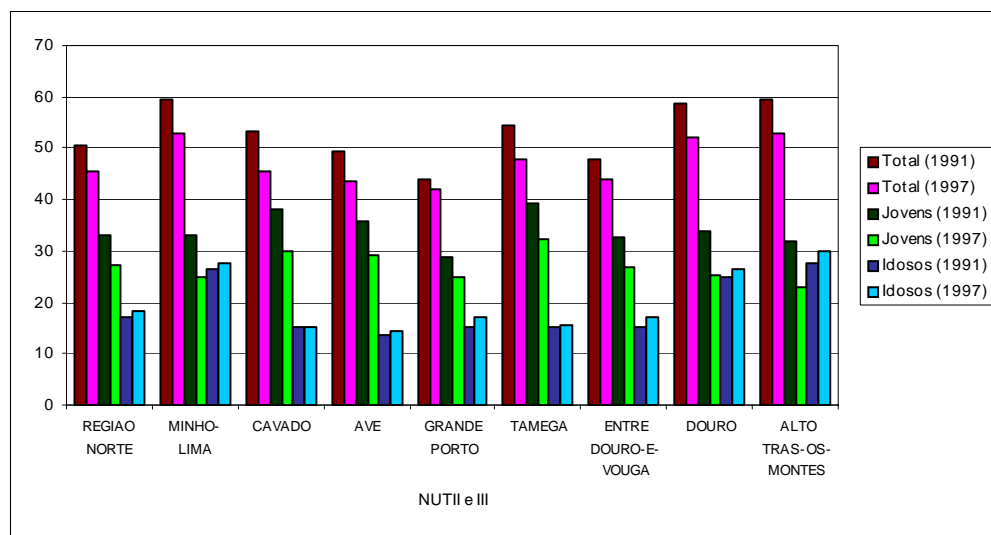
⁶ Índice de dependência jovem = $((\text{Pop} \leq 14) / (\text{PopTot} - (\text{Pop} \leq 14 + \text{Pop} \geq 65))) \times 100$

⁷ Índice de dependência idosos = $((\text{Pop} \geq 65) / (\text{PopTot} - (\text{Pop} \leq 14 + \text{Pop} \geq 65))) \times 100$

⁸ Índice de envelhecimento = $(\text{Pop} \geq 65 / \text{Pop} < 014) \times 100$

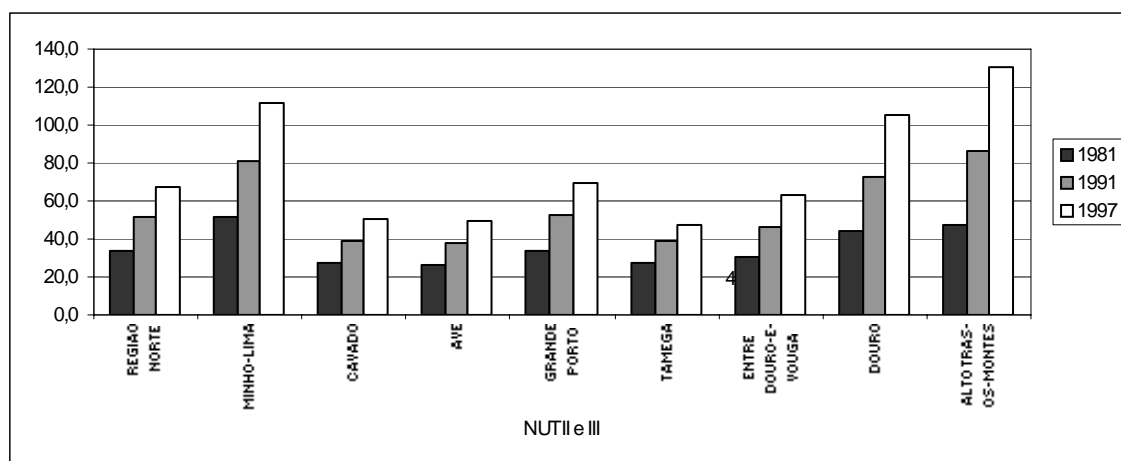
⁹ Lucinda Fonseca, in OLIVEIRA, 1999: 469.

Figura 4.5 – Índice de dependência total, jovem e idosos, na Região Norte e sub-regiões, em 1991 e 1997



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e Anuário Estatístico da Região Norte, 1998

Figura 4.6 – Índice de envelhecimento da Região Norte e sub-regiões em 1981, 1991 e 1997



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População, 1981, 1991 e Anuário Estatístico da Região Norte, 1998

Apesar deste quadro de acentuada assimetria na estrutura demográfica na Região Norte, dados mais recentes indiciam¹⁰ a atenuação decorrente, entre outras dinâmicas, da concentração da população em cidades de média dimensão dispersas pelas áreas tradicionais em perda. De facto, comparando a variação da população residente entre 1981 e 1991 e entre 1991 e 1997, é possível observar o abrandamento das perdas concelhias, mas também dos ganhos, muito à custa do alargamento dos espaços de elevada densidade de ocupação do litoral para leste e norte e do reforço do efeito polarizador de alguns núcleos do interior. As variações, com excepção do concelho de Torre de Moncorvo, contêm-se no período de 1991 a 1997 entre os -11% e +9%, e não entre -25 e 25,5% como se verificava no período anterior.

A Região Norte apresenta-se com a população mais jovem do país, (...) *prevendo-se que, em 2025, seja, conjuntamente com o sul de Espanha, a Ilha de França e algumas conurbações urbanas em Inglaterra, uma das raras regiões europeias com um rácio de dependência da terceira idade inferior a 25%*.¹¹ Apesar do previsto agravamento do envelhecimento, está provavelmente a atravessar-se um período de alguma estabilização nas tendências de evolução da população, ou talvez de transição para uma estrutura demográfica de distribuição que indicia pelo menos alguma recuperação de efectivos face aos períodos anteriores.

4.1.2 Aspectos de qualidade de vida na Região Norte: saúde, ensino e cultura

Partindo do princípio de que os processos de (re)distribuição das populações são causa e/ou consequência das vantagens locativas oferecidas no território, então essa (re)distribuição pautar-se-á por esforços encetados pelos indivíduos no sentido de reduzir a penosidade de acesso a um conjunto de bens, serviços e outros elementos

¹⁰ Porque o ano mais recente é uma estimativa.

¹¹ CRUZ (1999: 2), citando o VIº Relatório da Coesão de Fevereiro de 1999.

considerados de maior importância. Entre eles, o acesso aos sectores da saúde, do ensino e da cultura constituem, frequentemente, parâmetros pertinentes a considerar, quer nas decisões de (re)localização das populações, quer na avaliação da qualidade de vida.¹²

Se se admitir que a sua distribuição na Região Norte acompanha de perto a que atrás se observou para a população residente, então importa agora conhecer melhor qual a distribuição concelhia por habitante, para que se possa descortinar os níveis de procura potencial a que os equipamentos ou serviços estão sujeitos em cada caso¹³. Relativamente à saúde escolheram-se alguns indicadores com diferentes graus de especialização, como médico, centro de saúde e hospital; para a educação os alunos inscritos no ensino básico, secundário e superior e, finalmente, para a cultura, o número de visitantes por museu, de bibliotecas e a tiragem na imprensa.

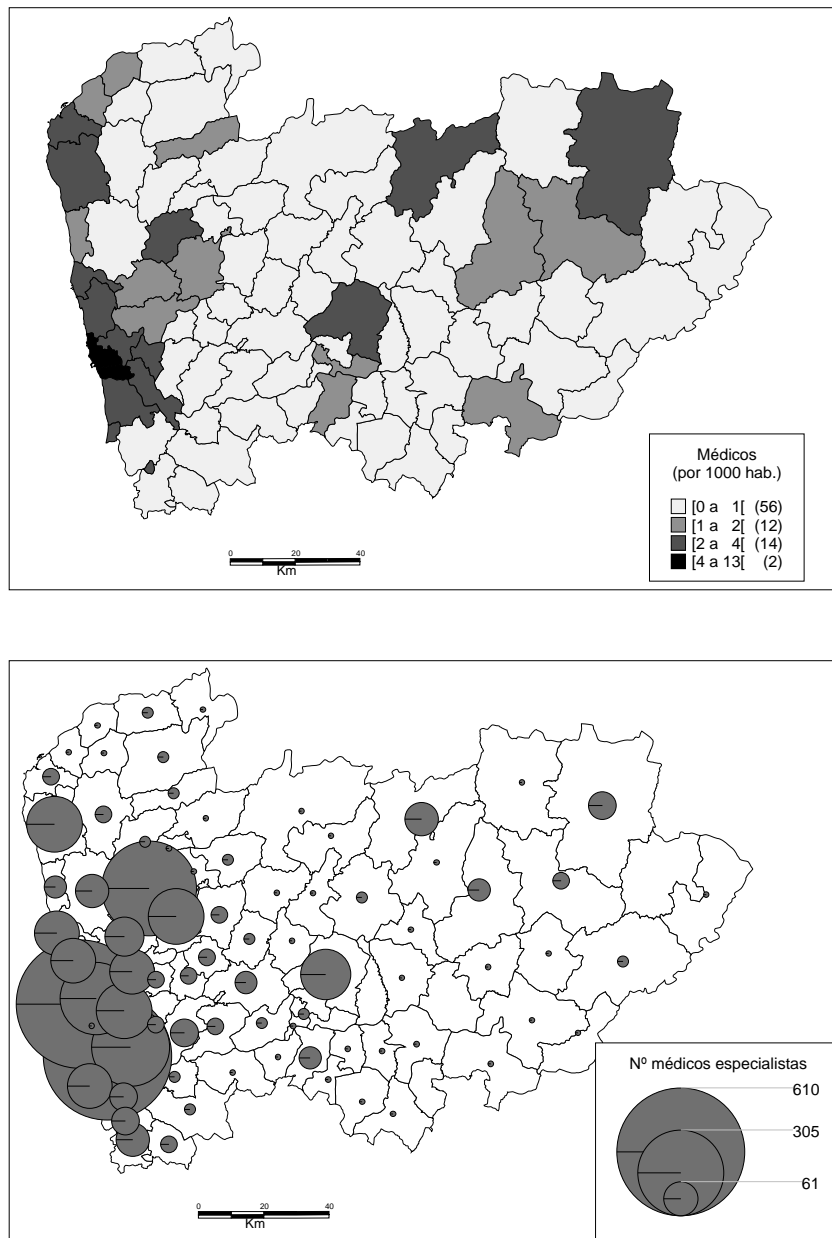
A distribuição dos médicos (figura 4.7) denota uma distribuição que acompanha os conjuntos/eixos de concelhos de maior dinamismo demográfico. Note-se, por exemplo, que relativamente ao número de médicos por milhar de habitantes, apenas o Grande Porto ultrapassa o valor regional (5,5 e 2,6, respectivamente) e as sub-regiões pior servidas são as que se lhe seguem para leste (Tâmega, com 0,6) e sul (Entre Douro e Vouga, com 1,0).

Do mesmo modo, a distribuição de equipamentos mais especializados – vocacionados para servir um elevado número de utentes –, como os hospitais oficiais (figura 4.8), revela uma distribuição que se adensa no conjunto de concelhos que formam o triângulo Viana do Castelo/Vila Real/Oliveira de Azeméis, situação que parece ser colmatada com unidades de menor dimensão – os centros de saúde e extensões. Note-se que, por exemplo, se fosse ignorada a presença de hospitais em

¹² Os indicadores de “qualidade de vida” aqui utilizados baseiam-se na classificação da CCRN, tal como se encontram definidos nas Fichas Concelhias de 1999.

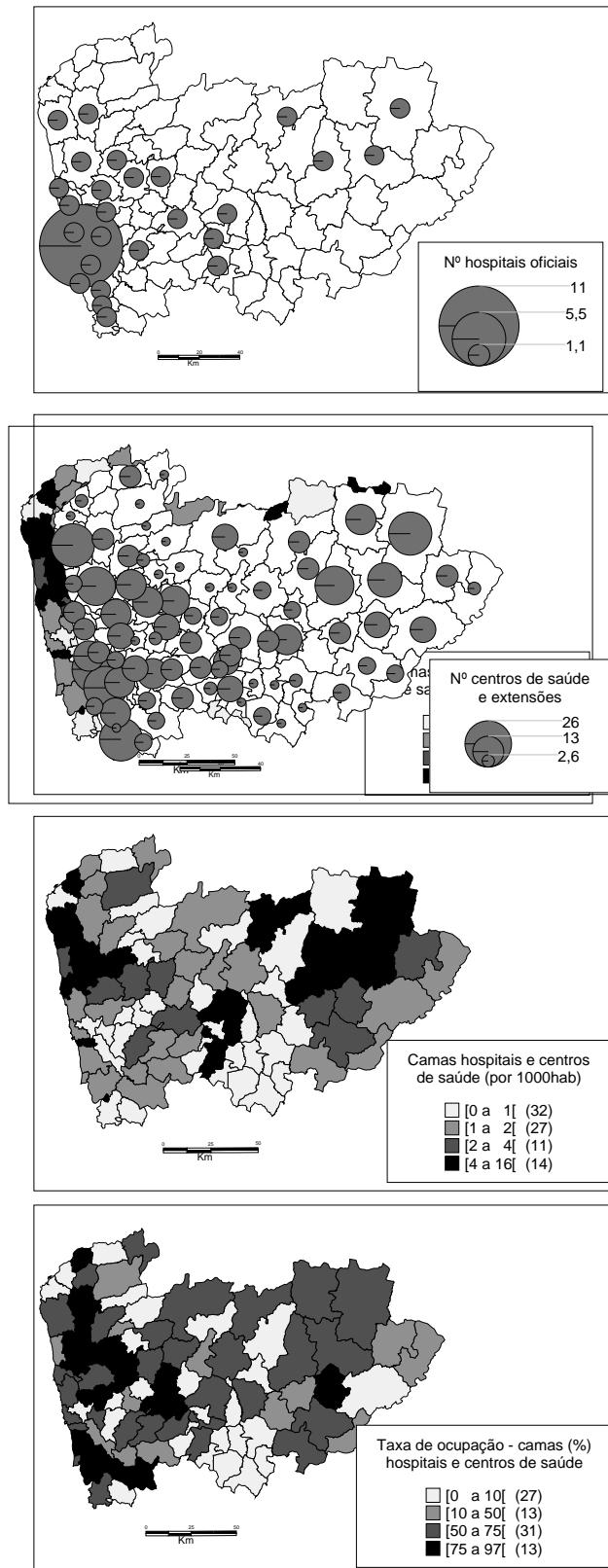
¹³ As leituras cingem-se ao ano de 1997, por ser o mais recente e também porque recuando ao início da década de 90 (data a que reportam os Anuários Estatísticos do INE) não se verificaram diferenças significativas que justificassem a sua abordagem.

Fig. 4.7 – Número de médicos (por 1000 hab.) e de médicos especialistas, nos concelhos da Região Norte em 1997



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1998.

Figura 4.8 – Número de hospitais oficiais, de centros de saúde e extensões, de camas em hospitais e centros de saúde (por 1000 hab.) e taxa de ocupação das camas nos hospitais e centros de saúde, nos concelhos da Região Norte em 1997



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1998

Mirandela e Macedo de Cavaleiros, isto é, admitindo que as unidades hospitalares de Bragança deveriam responder à procura do seu distrito, o valor da população residente distrital em 1997, fica aquém do que pode verificar-se nos concelhos de Guimarães ou Matosinhos à mesma data (150670 no distrito de Bragança para 163530 e 162290 daqueles concelhos, respectivamente).

Baseado em indicadores de 1973 e 1976 GUICHARD (1992), vol.II: 385 e 388) considera que (...) *les sous-équipement absolu de nombreux concelhos pourtant pourvus de médecins généralistes, notamment dans l'intérieur. (...) Porto se distingue des autres par une pouvoir attractif qui peut s'exercer à très longue distance, jusques dans le Douro supérieur même pour les spécialités courantes*,¹⁴ opinião corroborada 20 anos depois por GONÇALVES (1999) quando se refere à (...) *desigual distribuição sectorial e regional do pessoal de saúde, ainda que com diferente intensidade, de médicos, de clínicos gerais, de enfermeiros e de técnicos de diagnóstico e terapêutica, [que] penaliza fundamentalmente o interior (...), sem que existam instrumentos e medidas de política eficazes para a redução dessas assimetrias*.¹⁵

No que se refere ao sector da educação, MELO (1993: 1 e 2), tomou os resultados do Recenseamento da População de 1991, comparou-os com os de 1981, e concluiu ter ocorrido um decréscimo acentuado da taxa de analfabetismo e um aumento significativo da percentagem de população residente que atingiu todos os níveis de ensino. Assim mesmo, inicia o seu trabalho com o item “Analfabetismo: persistência da assimetria entre o litoral e o interior”, argumentando, entre outros, que são as sub-regiões do Minho-Lima, Tâmega, Douro e Alto Trás-os-Montes que registam os valores mais elevados, os quais se situam acima da taxa da Região Norte e do Continente em 1981. Porém, o mesmo indicador em 1991 revela uma evolução positiva neste domínio, com estas áreas a aproximarem-se dos níveis do Continente em 1981, o que se explica concerteza, pela escolarização obrigatória.

¹⁴ GUICHARD (1992, vol.II: 385 e 388).

Tal como na área da saúde, também na educação se observa uma distribuição de equipamentos que, em função do seu grau de especialização crescente (do ensino básico ao superior), tendem a concentrar-se quer nas capitais de distrito quer em áreas de maior dinamismo demográfico (figura 4.9). O número de alunos matriculados por estabelecimento de ensino básico e secundário e no superior ilustram esta leitura, revelando uma distribuição equilibrada, tendo em conta os sucessivos graus de especialização.

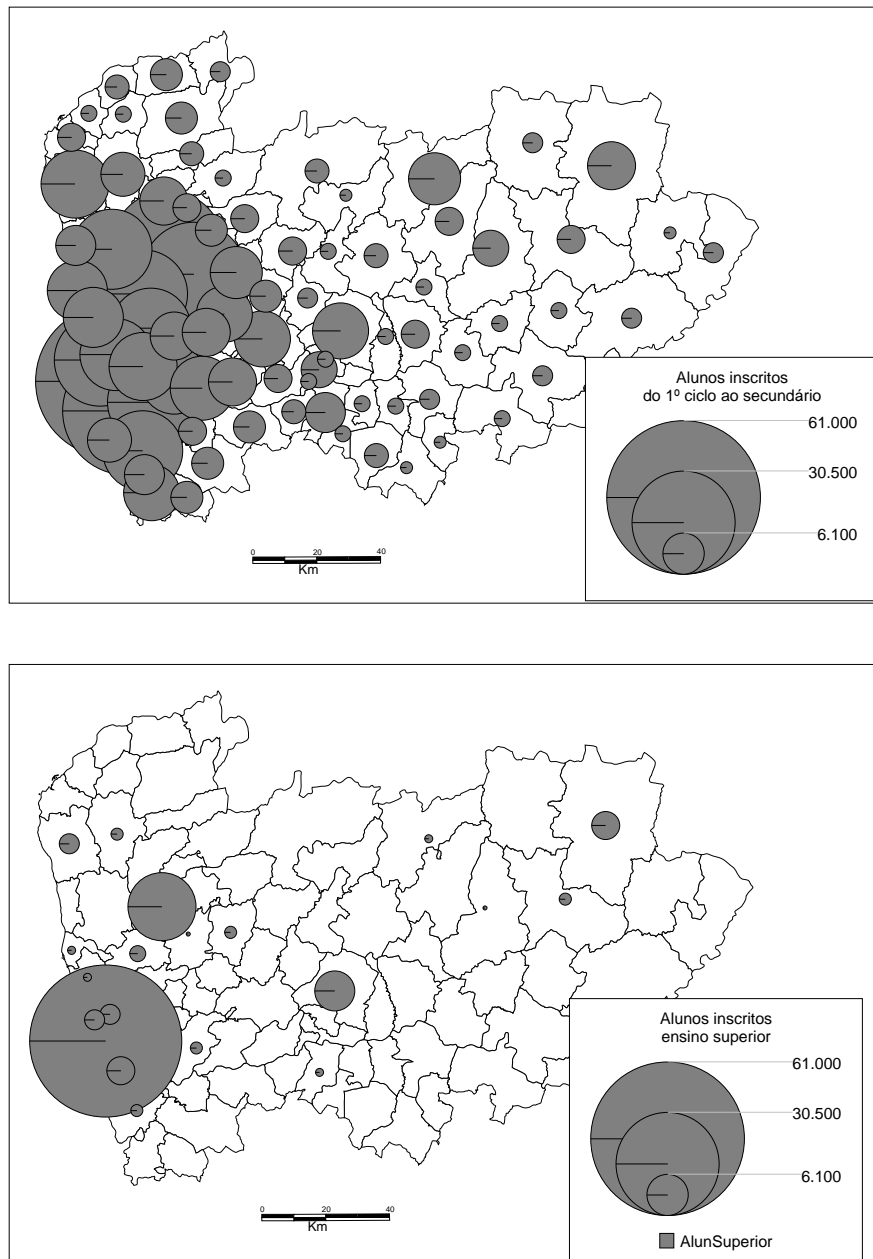
A consideração dos valores de 1993, por comparação com os de 1997, permite registar duas ideias fundamentais: primeiro a relativa estabilização do número de alunos por estabelecimento do ensino básico e secundário nesse período, com um número de efectivos por escola que diminui de ocidente para oriente e, depois o fortalecimento de alguns pólos universitários, que de qualquer modo se instalam em áreas de maior dimensão populacional (em Braga, Bragança, Porto, Ponte de Lima e Viana do Castelo). Finalmente, convém referir também a proliferação do ensino politécnico que mantém os maiores níveis de expressão nos distritos de Braga, Porto e Viana do Castelo, mas com ganhos e dimensão substanciais nos de Bragança e Vila Real (INE, 1998).

Acresce ainda, como possível explicação para valores inferiores de alunos matriculados em níveis superiores ao 3º ciclo, a entrada precoce no mercado de trabalho ou mesmo o desemprego, como adiante se referirá, podem constituir argumentos explicativos para a desmotivação das populações, principalmente nas áreas de forte dinamismo demográfico de pendor industrial (que se desenvolve na auréola envolvente da região do Porto) ou mesmo nas áreas rurais do interior.¹⁶ Acredita-se, portanto, ser o leque de oportunidades (ensino/emprego) oferecidas às populações que marca a

¹⁵ GONÇALVES, 1999: 96.

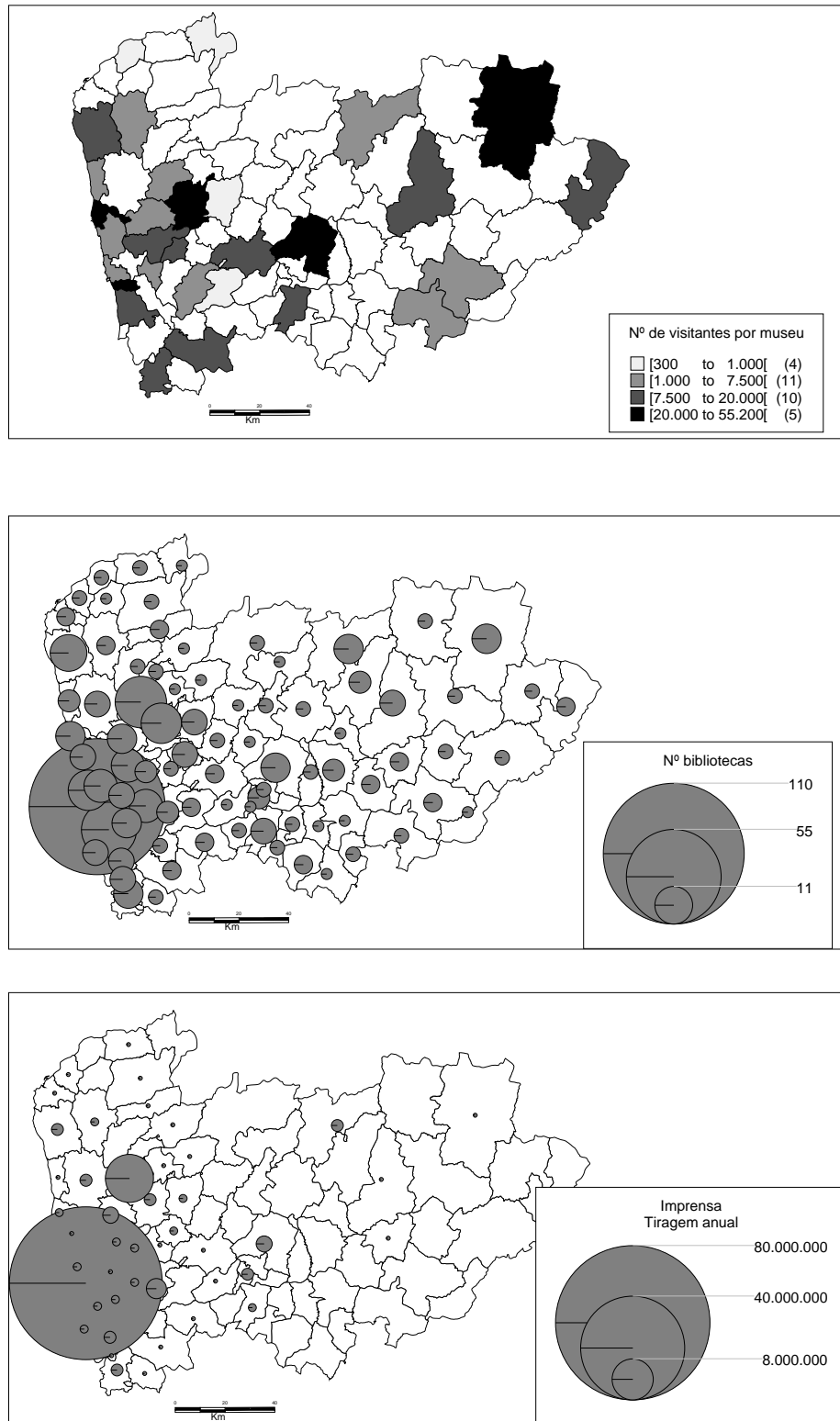
¹⁶ *A situação desfavorável da Região Norte (no contexto das NUTII) é alimentada, de modo decisivo, pelos resultados obtidos numa faixa central do seu território, constituída por áreas de média e elevada densidade populacional e com valores relativamente altos de população em idade escolar.* (AZEVEDO, 1999: 77).

Fig. 4.9 – Alunos matriculados no ensino básico, secundário e superior, nos concelhos da Região Norte em 1997



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1998

Fig. 4.10 – Visitantes por museu, bibliotecas e tiragem na imprensa nos concelhos da Região Norte em 1997



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1998

diferença na distribuição, em particular dos alunos do ensino secundário e universitário¹⁷.

O ensino universitário, e até o politécnico, têm originado dinâmicas de revitalização dos espaços e da vida das cidades (vejam-se os casos de Bragança, Viana do Castelo ou Vila Real), quer ao nível do rejuvenescimento da sua população, como nas próprias estruturas urbanas por via de equipamentos e actividades associadas à vida estudantil.

Entre outros indicadores que poderiam aqui observar-se, quer o número de visitantes por museu, quer o número de bibliotecas ou ainda a tiragem de jornais periódicos (figura 4.10), revelam, no essencial um padrão distributivo idêntico aos anteriores: há forte relação com os contingentes demográficos, bem como com os níveis de instrução e com os locais detentores de maior dinamismo económico. Assim sendo, torna-se evidente a presença de descontinuidades regionais, as quais culminam a oeste, no Porto, e suas extensões até Braga, seguindo-se, para leste, um “vale” de valores mais precários neste domínio (do Alto Minho ao Douro) que só retomam algum significado no extremo transmontano, mais precisamente, em Bragança, ou Chaves e Mirandela.

Porém, encetando um exercício idêntico ao que se fez anteriormente, isto é, analisando qual a proporção entre população residente e equipamentos, a leitura indica que, tanto no caso dos museus como das bibliotecas, mas principalmente nos primeiros, cada equipamento tem de responder a um contingente maior de potencial procura (considerando aqui a do concelho) a oeste, diminuindo progressivamente nos concelhos a leste. Também no que respeita à ocorrência de acontecimentos culturais, as cidades que registam maior número de eventos na Região Norte são as de Braga e Guimarães, situando-se entre as cinco mais fortes à escala do Continente (MARQUES *et al*, 1996:

¹⁷ *Nos Vales do Ave e Sousa houve uma intensa desvalorização do papel da escola e as famílias apostaram numa entrada precoce no mercado do trabalho, sem quaisquer qualificações. Nas regiões do interior o fenómeno apresenta um comportamento e uma lógica diferentes. A permanência na escola é maior, mas a opção pela escola (...) está (...) na falta de alternativas, pois as possibilidades de emprego à saída são muito baixas.* (MARQUES (coord.) *et al*, 1997: 267)

302). Na situação extrema, mantêm-se as actividades culturais, de dimensão bastante mais restrita ligadas aos eventos tradicionais de cada local.

A distribuição de equipamentos de ensino, saúde e cultura, traduz um padrão idêntico ao da distribuição da população, sendo que os equipamentos dotados de maior especialização se concentram em áreas de maior densidade (a oeste), enquanto os de consumo mais banalizado apresentam uma estrutura de elevada dispersão pelo território. Porém, a constatação de que é nos primeiros espaços que existe maior número e diversidade de unidades, por oposição às segundas, pode não ser sinónimo de qualidade de vida, uma vez que, também sobre eles se exerce uma maior pressão de procura. Do mesmo modo, também não é desprezível a concentração destes equipamentos e serviços nalguns concelhos do interior, o que, representando uma melhor cobertura concelhia *per capita*, também exige maior esforço no seu acesso.

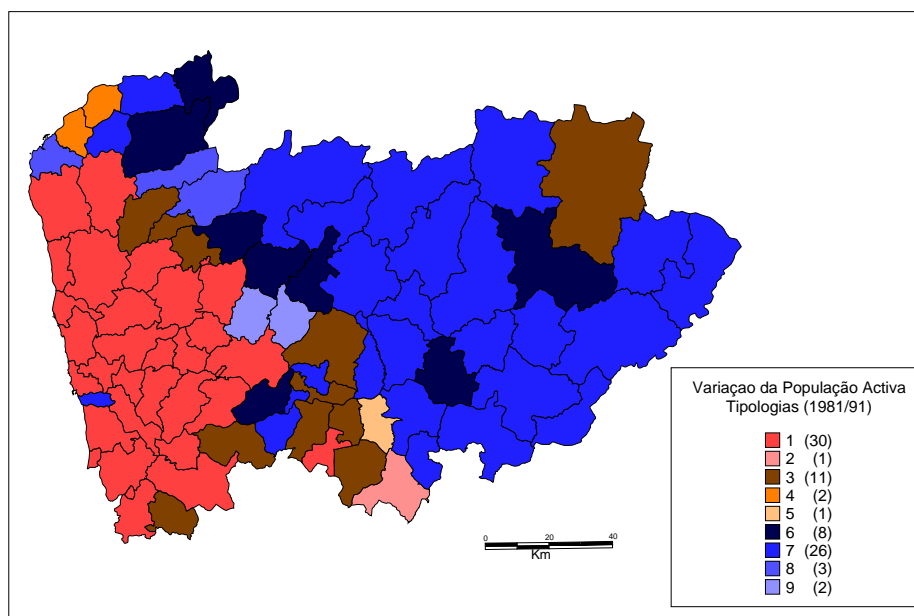
A crescente especialização dos serviços implica maiores contingentes de procura, pelo que os mais especializados tendem a localizar-se em áreas de maior densidade.

4.2 População activa, mobilidade e estrutura empresarial na Região Norte

4.2.1 População activa e mobilidade

Em 1991, um relatório do Ministério do Equipamento Planeamento e Administração do Território (p. 15), dava conta de um aumento significativo do emprego na Área Metropolitana do Porto na década de oitenta, muito à custa de eixos importantes de actividade industrial que se consolidaram nos vales do Ave e Sousa e no Entre Douro e Vouga. O reforço da tendência para a rápida terciarização, a importância das pequenas e médias empresas, o crescimento do emprego na indústria e a perda de importância do emprego na agricultura, são alguns dos tópicos que compunham o

Fig. 4.11 – Tipologia dos concelhos da Região Norte segundo a variação da população activa entre 1981 e 1991



VARIAÇÃO	IPO	DEVIDO A
Aumento da população activa superior a +5%	1	Incidências positivas da variação demográfica e das taxas de actividade femininas
	2	Incidência positiva só da variação demográfica
Estabilidade relativa da população activa (-5% a +5%)	3	Incidências positivas da variação demográfica e das taxas de actividade femininas
	4	Incidência positiva só da variação demográfica
	5	Incidência positiva só das taxas de actividade femininas
Diminuição da população activa superior a -5%	6	Incidências negativas da variação demográfica e das taxas de actividade femininas e masculinas
	7	Incidências negativas da variação demográfica e das taxas de actividade masculinas
	8	Incidências negativas só das taxas de actividade femininas e masculinas
	9	Incidência negativa só das taxas de actividade masculinas

Fonte: PEREIRA, E. (1994), doc. Infoline, p.7-8

cenário da Região Norte. Ao contrário da evolução global da população residente, a população activa aumentou cerca de 135 mil efectivos nesses 10 anos, muito à custa da entrada das mulheres no mercado de trabalho.

Entre outros estudos, PEREIRA (1994) relacionou alguns factores demográficos (como a escolarização, a estrutura etária e as taxas de actividade) para construir uma grelha explicativa (composta por nove conjuntos) sobre a variação da população activa na década de oitenta (figura 4.11). Manchas com um padrão de distribuição idêntico ao da distribuição da população residente para o mesmo período, revelam, no essencial, o importante contributo do trabalho feminino nos casos de variações positivas e confirmam, obviamente, a relação entre espaços de maior densidade populacional e de maior actividade económica que se estendem do Porto para norte, até Viana do Castelo/Ponte de Lima, para sul até Oliveira de Azeméis e para leste até Vila Real¹⁸. Ainda para a mesma década, BACELAR, GOMES e SALEIRO (1994), basearam-se num conjunto de indicadores disponíveis no INE, de 1981 e 1991, e elaboraram uma tipologia sócio-económica para os concelhos da Região Norte. Do cruzamento e combinação das variáveis¹⁹ terá resultado um conjunto de cinco factores (quadro 4.1).

O terciário (figura 4.12), assume relevância quer nas sedes de distrito, quer em áreas onde a actividade agrícola, apesar de ainda ocupar boa parte da mão-de-obra, tem vindo a perder importância na estrutura concelhia²⁰. Os concelhos que assumem a

¹⁸ *Inevitavelmente, a distribuição concelhia do emprego regional segue de forma aproximada a da população residente (...). [Em] termos muito genéricos, o emprego concentra-se sobretudo no “litoral” da região, com destaque para a zona envolvente do Porto (Santa Maria da Feira à Maia) e, um pouco mais para Norte, para toda a zona que se estende de Santo Tirso a Barcelos/Braga/Guimarães.* (PEREIRA, 1995: 2)

¹⁹ Estas variáveis incluem, entre outras, população, estrutura etária, famílias, habitação, emprego e escolaridade, e podem consultar-se com mais pormenor na página 2 do mesmo artigo.

²⁰ Note-se que a mancha de tom mais intenso, que a leste se estende de Macedo de Cavaleiros, Vimioso e Miranda do Douro até Vila Nova de Foz Côa, associa-se com as últimas posições assumidas nos factores “Dinamismo Económico de Base Industrial”, “Vitalidade Demográfica” e “Dimensão Populacional”, traduzindo, de alguma forma, a dinâmica anteriormente referida de concentração da população nas freguesias sede e a parca diversidade da actividade económica em concelhos onde a “Ruralidade” os coloca nos primeiros lugares à escala da Região.

Entre 1971 e 1991, a população activa nos serviços passou de 33,8% para 51,3%, sendo que apenas nos anos 80 a taxa de crescimento foi de 33,1%. A crescente participação das mulheres no mercado de

liderança em termos de vitalidade demográfica, são os que apresentam maiores taxas de actividade distribuindo-se, na sua maioria, pelo Ave, Cávado e Tâmega – sub-regiões com forte “dinamismo económico de base industrial”. Aliás, este factor, se comparado com o da “ruralidade”, apresenta-se quase como o seu simétrico, sendo que em ambos se desenvolvem franjas de posições intermédias, talvez de transição/expansão: à volta do triângulo industrializado a ocidente e, no interior, em Bragança, Chaves e Mirandela, constituindo estes, pela crescente terciarização, e também recuperação demográfica, uma espécie de âncoras dos territórios a leste.

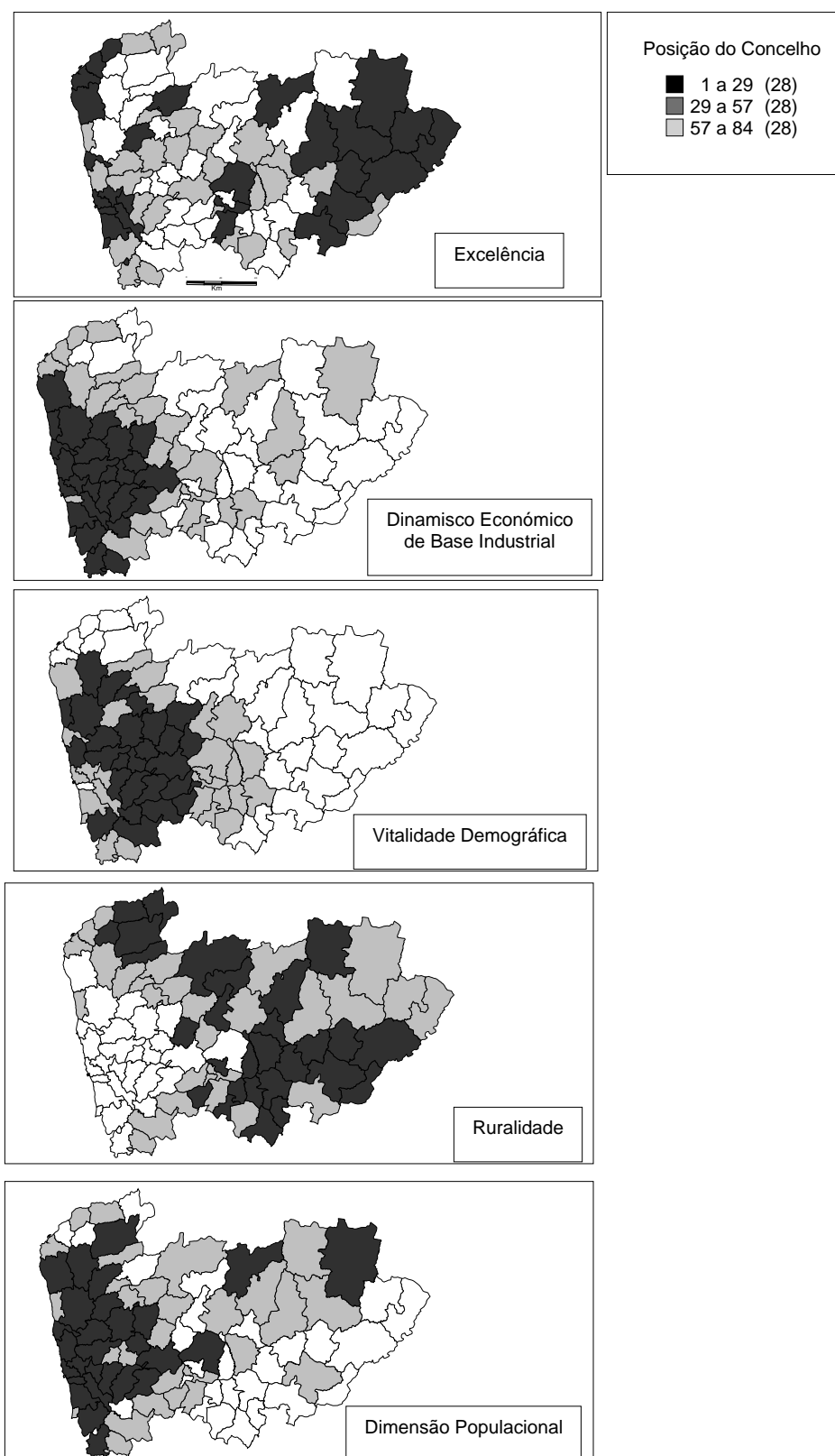
Quadro 4.1 – Factores definidos por BACELAR, GOMES e SALEIRO (1994)

FACTOR	DESCRIÇÃO
Excelência	concelhos onde predomina o sector terciário, os níveis de qualificação secundário e médio/superior, as profissões tipo 1 e 2 e os Quadros
Dinamismo económico de base industrial	concelhos onde predomina o sector secundário, com elevadas taxas de actividade
Vitalidade demográfica	concelhos com maior peso de população pertencente aos grupos etários: menores de 15 anos e dos 15 aos 24 anos e onde a dimensão média das famílias é maior
Ruralidade	concelhos em que se verifica o predomínio relativo do sector primário
Dimensão populacional	concelhos com maiores valores de população residente, maior número de edifícios, alojamentos e famílias

Fonte: adaptado de BACELAR, GOMES e SALEIRO (1994)

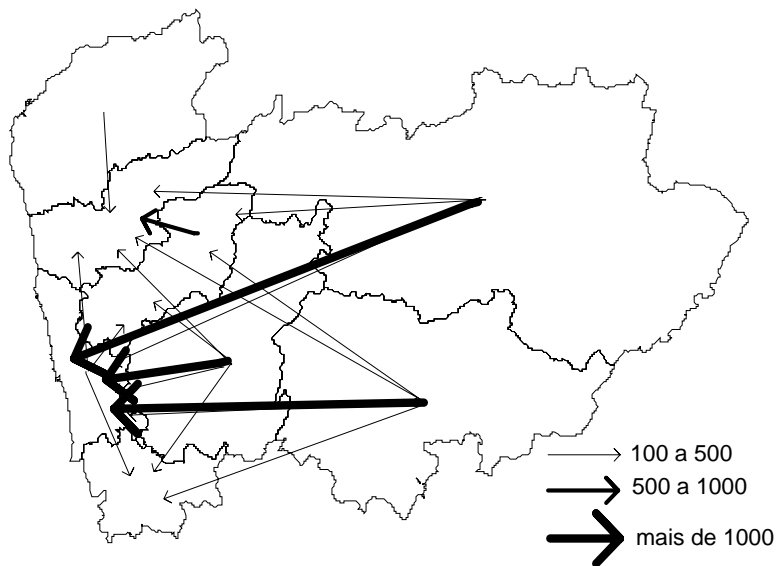
trabalho, aliada ao continuado êxodo rural contam-se entre os contributos para a terciarização da economia na região e no país (FONSECA, *in* OLIVEIRA, 1996: 491).

Fig. 4.142- Posição dos concelhos face aos factores definidos por BACELAR, GOMES e SALEIRO (1994) em 1981/91



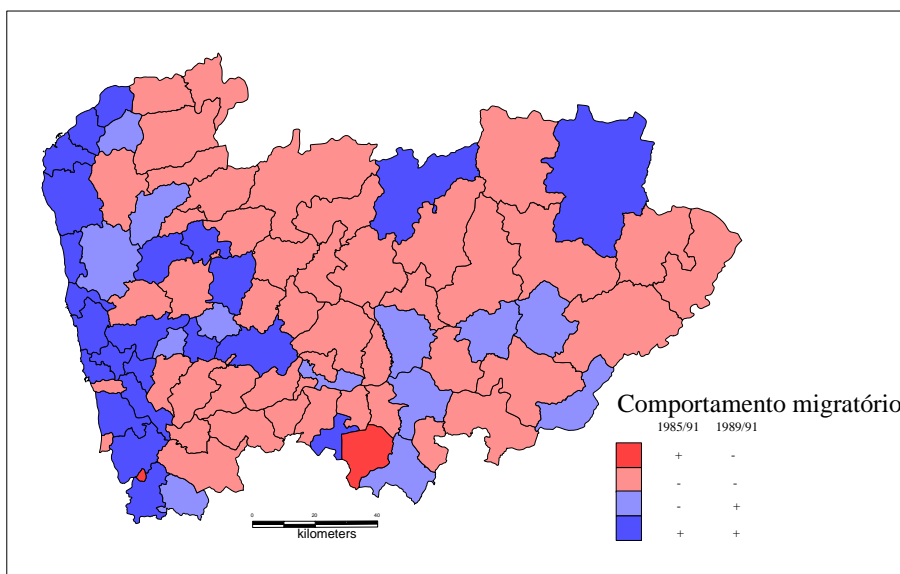
Fonte: adaptado de BACELAR, GOMES e SALEIRO (1994)

Fig. 4.13 – Saldos Migratórios Inter NUT III (1985/1991) iguais ou superiores a 100 indivíduos



Fonte: adaptado de CAMPOS e SALEIRO, 1994

Fig. 4.14 – Comportamento migratório dos concelhos da Região Norte: saldos médios nos períodos de 1985/91 e 1989/91



Fonte: CAMPOS e SALEIRO, 1994, pp. 14-18

As diferenças na distribuição da população activa e a as tendências verificadas na alteração da sua estrutura são reveladoras, em parte, das oportunidades oferecidas pelos territórios. Face às dinâmicas expostas, dá-se conta agora dos principais sentidos assumidos pelas migrações intra-regionais.²¹

A observação de um digrama simplificado dos saldos migratórios²² (Figura 4.13)²³ revela que o Grande Porto é o maior gerador de fluxos (entradas e saídas), com 27628 imigrantes e emigrantes internos, em 1991 – mais do dobro dos registos do Ave, que se lhe segue, e mais do triplo do Cávado que se posicionava em terceiro lugar.

A taxa de saldo migratório²⁴ revela um tipo de leitura idêntica, mas agora com o Cávado (0,64%) a apresentar-se como a sub-região mais atractiva da Região Norte, seguida do Grande Porto, de Entre Douro e Vouga e do Ave, sendo que os grandes conjuntos menos atractivos são, por ordem crescente de repulsão as do Minho-Lima, Tâmega, Douro e Alto Trás-os-Montes (-0,88%) (CAMPOS e SALEIRO, 1994: 3). À orla litoral juntam-se, na segunda metade dos anos oitenta e na viragem para os anos noventa, penetrações para leste de saldo positivo, definindo uma mescla de concelhos com saldos migratórios tendencialmente positivos, o que denota a presença de dinâmicas de reforço da capacidade de atracção por parte de alguns concelhos, de que são exemplo Bragança, Chaves, Fafe, Amarante e Tarouca (Figura 4.14).

Os outros concelhos surgem como “subsidiários” desses espaços polarizadores. Note-se, aliás, a propósito desta alteração, que tanto entre 1985/91, como entre 1989/91, o Porto apresentou-se com a taxa de saldo migratório médio anual mais baixo da Região Norte (respectivamente, -1,08 e -1,68), por oposição aos seus vizinhos que registaram os

²¹ Note-se que apesar de não se abordar a questão da migrações internacionais, reconhece-se a importância das mesmas na composição da estrutura da população activa, nomeadamente como têm noticiado diversos órgãos da comunicação social, com as entradas de trabalhadores estrangeiros oriundos não só de África, mas também dos países de leste.

²² Saldo migratório interno= imigrantes internos – emigrantes internos

²³ O vértice da seta representa a sub-região que ficou a ganhar na troca de fluxos

²⁴ Taxa de Saldo Migratório Interno = (Saldo Migratório Interno / População Residente) x 100

valores mais elevados para o mesmo indicador, com Matosinhos e Maia a liderar a hierarquia.

Ainda em 1991, apesar da taxa de mobilidade total²⁵ se apresentar com valores significativamente mais elevados na metade ocidental da região²⁶, penetrações para o interior (por eixos definidos a partir de Vila Real, até Lamego, Chaves e Bragança) denunciam algum fortalecimento de pólos de atracção a leste, muito à custa dos valores elevados da mobilidade intra-concelhia. A polarização exercida por estes espaços, por oposição a outros mais repulsivos, associa-se a um padrão distributivo diferenciado de centros empregadores com dimensões diferentes. Assim sendo, a população residente a as actividades económicas tendem a disputar espaços idênticos – processo que define os espaços mais competitivos e, portanto, gera crescentes níveis de especulação. Deste jogo de procura das melhores localizações no território, resulta uma certa segregação nas ocupações, tanto maior quanto mais competitivas se apresentarem as suas características, dando lugar a espaços de elevada e de baixa densidade. Como se observou atrás, os primeiros, mais atractivos e com maiores exigências em termos de mobilidade e os segundos, com uma dinâmica de interacção mais circunscrita, mas com exigências em termos de deslocação para o alcance de alguns serviços, de maior distâncias.

Em 1991, e mesmo considerando a reduzida dimensão de algumas freguesias, os dados do Recenseamento da População do Instituto Nacional de Estatística, revelavam que (...) *mais de metade (perto de 53%) [dos activos a trabalhar na Região Norte] exerce a sua profissão fora da freguesia de residência. Um pouco mais de um quinto do total (cerca de 22%) são mesmo forçados a abandonar quotidianamente o concelho de*

²⁵ Taxa de mobilidade total = taxa de mobilidade intra-concelhia + taxa de mobilidade extra-concelhia

(Taxa de mobilidade extra-concelhia = saídas / pop. residente com actividade económica empregada)

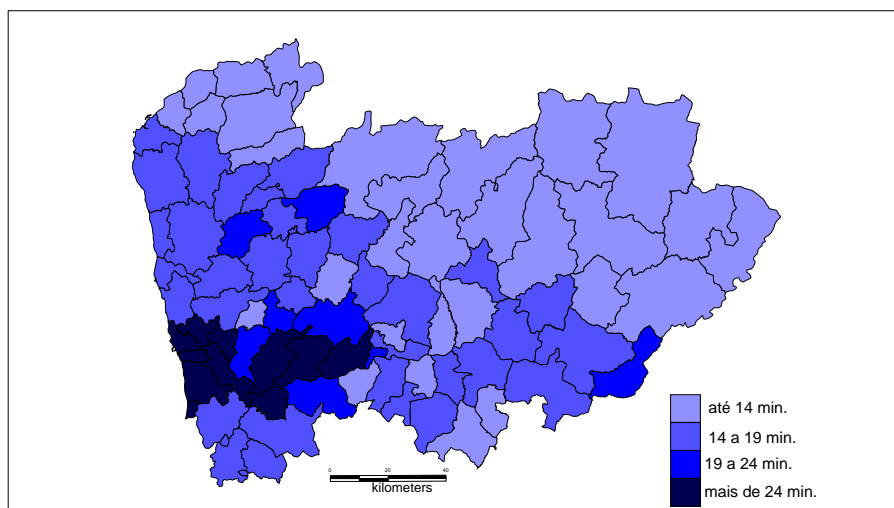
Taxa de mobilidade intra-concelhia = pop. residente no concelho que trabalha noutra freguesia do mesmo concelho / pop. residente com actividade económica empregada)

²⁶ A “capacidade atractiva em termos líquidos” (composta pelo saldo de emprego (entradas menos as saídas) e pelo *ratio* emprego/residentes activos empregados) segundo PEREIRA (1995, doc. Infoline, p.11), revela que os valores mais elevados se registam nos concelhos do Porto, São João da Madeira, Guimarães, Felgueiras, Viana do Castelo e Ponte da Barca, considerados os pólos de emprego principais da região

*residência para se dirigirem aos respectivos locais de trabalho. É uma imensa mole humana que quotidianamente se movimenta.*²⁷

Nesse mesmo ano, os censos davam conta que cerca de 42% das deslocações casa-trabalho eram feitas a pé, 27% utilizavam os transportes colectivos e os restantes viajavam em transporte próprio, dos quais 13% sozinhos em automóvel. À escala sub-regional, é exactamente no Grande Porto onde as deslocações a pé são menos frequentes (apenas 25%), mas onde a utilização do transporte colectivo é mais evidente (cerca de ¼). Pelo contrário nos concelhos nordestinos de Vimioso, Vinhais, Boticas e Valpaços, a circulação pedonal nos movimentos pendulares regista-se em 80% dos casos (INE, 1991). De facto, a duração média do percurso casa-trabalho (Figura 4.15), revela uma elevada incidência das deslocações até 14 minutos no Alto Trás-os-Montes e em grande parte do Minho Lima, correspondendo a dinâmicas de fluxos predominantemente intra-concelhias, o que de resto é característico de áreas de matriz rural dominante.

Figura 4.15 – Duração média do percurso casa-trabalho nos concelhos da Região Norte, em 1991



Fonte: PEREIRA e PRATA, 1994, p.4

²⁷ PEREIRA e PRATA, 1994: 1

Pelo contrário, confirmando as leituras anteriores, é no Grande Porto e no eixo que se estende até Baião que se registam as viagens com maior duração. Note-se que nesse sentido se define uma área de expansão recente de residências mais económicas onde se terão instalado não só trabalhadores do Grande Porto, mas também de todo um conjunto de concelhos mais dinâmicos repartidos entre as sub-regiões do Ave e do Tâmega, prolongando-se praticamente até Vila Real. Acresce ainda que a presença de uma rede rodoviária confinada à EN15, já que em finais de 1990 a A4 só se encontrava concluída até à freguesia de Campo (em Valongo), ou a falta de alternativas interessantes para as deslocações, o que pode justificar também alguns acréscimos nos tempos de viagem.

Observa-se, portanto que *[as] cidades são, cada vez mais, os locais de concentração e de oportunidade de emprego.*²⁸ Os concelhos de Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Santo Tirso, Braga, Santa Maria da Feira e Barcelos, contam-se entre os 15 mais empregadores do país se se excluirmos as áreas metropolitanas. A distribuição dos valores mais elevados do emprego na construção civil coincide com a da indústria (este essencialmente no triângulo Viana/Vila Real/Oliveira de Azeméis), pontuando nalguns concelhos de maior dinamismo no interior, como Bragança, Chaves e Mirandela, e o emprego no terciário apresenta um padrão muito semelhante à construção civil (MARQUES (coord) *et al*, 1996: 162-175), ou seja, muito idêntico também à distribuição da população residente na região.

4.2.2 Estrutura empresarial

Ainda que se possa esperar uma forte correspondência com os valores do emprego, a abordagem à estrutura empresarial da Região Norte, justifica-se pela

²⁸ MARQUES (coord.), 1996: 162

necessidade de reconstruir o cenário, por concelho e ramo de actividade²⁹, para os anos mais recentes (1995 e 1998) correspondentes à conclusão e/ou posteriores à conclusão de alguns dos itinerários principais e complementares da região. É portanto de esperar a ocorrência de uma concentração geográfica de empresas pautada, por um lado, pelo triângulo que se desenvolve à volta do Porto, entre Viana do Castelo, Vila Real e Oliveira de Azeméis, com incidência também no interior, principalmente em Bragança, Chaves e Mirandela.

Na distribuição por ramos de actividade sobressai, para ambos os anos, a elevada percentagem de empresas de indústria transformadora, sendo a agricultura o sector regional com menor representatividade. À excepção deste último, em todos os ramos a Região Norte situa-se em valores superiores a 20%, sendo que a produção e distribuição de electricidade, de gás e de água, a construção e o comércio e serviços de reparação, se juntam à indústria com um quarto ou mais das empresas sediadas no país (INE, 1995 e 1998).

O aumento da desagregação geográfica revela diferenças significativas dentro da região: em 1994 (...) *a sub-região do Grande Porto [concentrava] 40% do emprego e das empresas e quase metade do volume de vendas das empresas da região.*³⁰, sendo que este último valor ascende a 64% se ao Grande Porto se juntar a NUT III do Ave. Esta dinâmica contrasta com a do Douro, Minho-Lima e Alto Trás-os-Montes, que perfazem apenas 8% do mesmo à escala da região. Decorrido apenas um ano sobre a leitura anterior o número de trabalhadores não regista grande alteração, mas o número de empresas e o volume de vendas aumentaram, respectivamente 3% e 9%:³¹

²⁹ As fontes principais que serão utilizadas são as Fichas Concelhias de 1995 e 1999 da CCRN e os Anuários Estatísticos da Região Norte do INE, estes essencialmente entre 1995 e 1998, uma vez que, para períodos anteriores perde-se a correspondência relativa a muitos dos indicadores.

³⁰ OLIVEIRA, 1997: 6

³¹ (...) *em 1995, (...) embora o pessoal ao serviço na região se tenha mantido praticamente inalterado de 1994 para 1995, registou-se um aumento do número de empresas em cerca de 3% e um aumento do volume de vendas que ultrapassou os 9%. Assinale-se que a evolução verificada em termos nacionais se traduziu na diminuição do número de empresas e do pessoal ao serviço (cerca de 0,3 e 2,1% respectivamente) e no aumento do volume de vendas em apenas 5%. (OLIVEIRA, 1998: 43)*

Entre 1995 e 1998³², é interessante destacar alguns aspectos que denunciam as tendências de consolidação, e também alguma diversificação dos tecidos económicos tradicionais. A estrutura empresarial confirma a crescente importância, no perfil económico de cada sub-região, de actividades do terciário público (L a Q), do sector da construção (F) e actividades associadas, como as do imobiliário (K), ou ainda a aposta em segmentos de turismo, como o alojamento e a restauração (H).³³ Por outro lado, analisando agora as diferenças dos pesos que cada ramo de actividade detém no total sectorial da Região, verifica-se a consolidação da importância das empresas de indústria transformadora do Ave - sub-região que, aliás também lidera as diferenças nas empresas de construção, comércio e alojamento e restauração. O Minho Lima destaca-se na diferença conseguida na indústria extractiva e o Grande Porto, reduz ou estabiliza a sua representatividade regional em praticamente todos os ramos de actividade, excepto no da produção e distribuição de electricidade, gás e água – único caso em que a diferença ultrapassa os 2% (INE, 1995 e 1998).

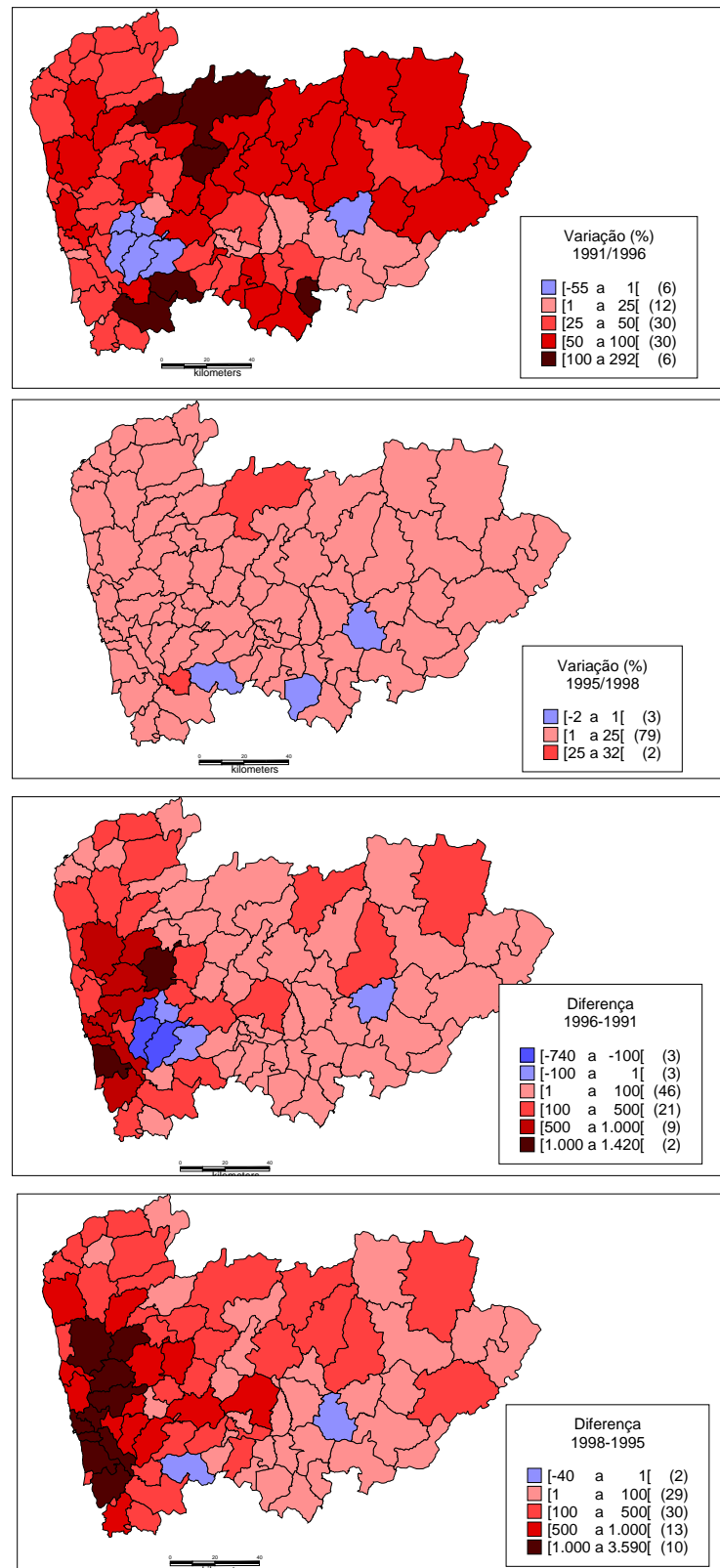
Passando de seguida a uma análise à escala do concelho, o primeiro exercício consistiu em comparar a variação e a diferença simples do total das empresas entre 1991/1996 e 1995/1998 (Figura 4.16). Neste conjunto de imagens, sobre as quais deve ter-se alguma cautela nas interpretações já que as fontes e os valores são diferentes para

Note-se aqui que as percentagens mais fortes dos serviços no Alto Trás-os-Montes e Douro fazem-se acompanhar pelos valores mais baixos para o sector industrial, cenário que constitui o inverso do Ave e do Entre Douro e Vouga.

³² Procurou aqui perceber-se um pouco melhor, em primeiro lugar, qual o peso de cada ramo de actividade no total da região e das NUT III e, qual o significado da distribuição por ramos de actividade sub-regional nos respectivos totais regionais. Para facilitar a interpretação, uma vez que a representação gráfica dos resultados era quase imperceptível na maioria dos casos, calcularam-se as diferenças simples, nos dois casos, entre os registos de 1998 e os de 1995.

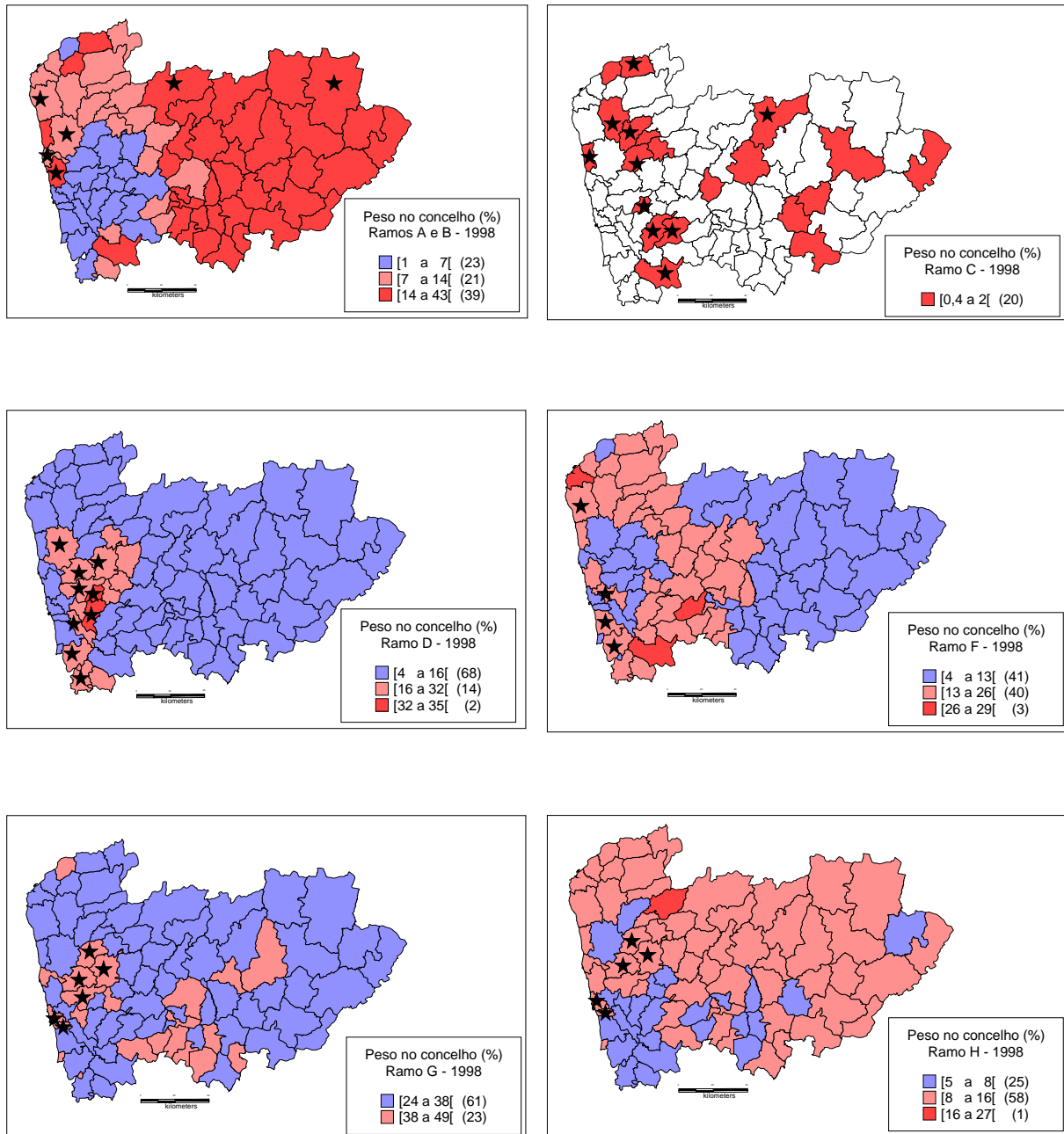
³³ A construção (F), alojamento e restauração (H), as actividades imobiliárias (K) e os ramos de L a Q (essencialmente do terciário público) registaram um aumento da sua representatividade, enquanto a indústria (em particular a transformadora) e o comércio e serviços de reparação denotaram um comportamento inverso; as diferenças positivas de maior valor foram conseguidas pelo Grande Porto nas actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas, fazendo-se acompanhar pelos espaços envolventes – Entre Douro e Vouga, Ave, Tâmega e Cávado. Segue-se a do Minho-Lima nos ramos da construção e no do alojamento e restauração, com a do Entre Douro e Vouga muito próxima e, de uma forma geral, os registos de atenuação mais evidente da importância dos ramos de actividade na estrutura empresarial das sub-regiões, vão para o Alto Trás-os-Montes no comércio, e para o Grande Porto na indústria transformadora.

Fig. 4.16 – Variação e diferença absoluta do número de empresas nos concelhos da Região, entre 1991 e 1996 e entre 1995 e 1998



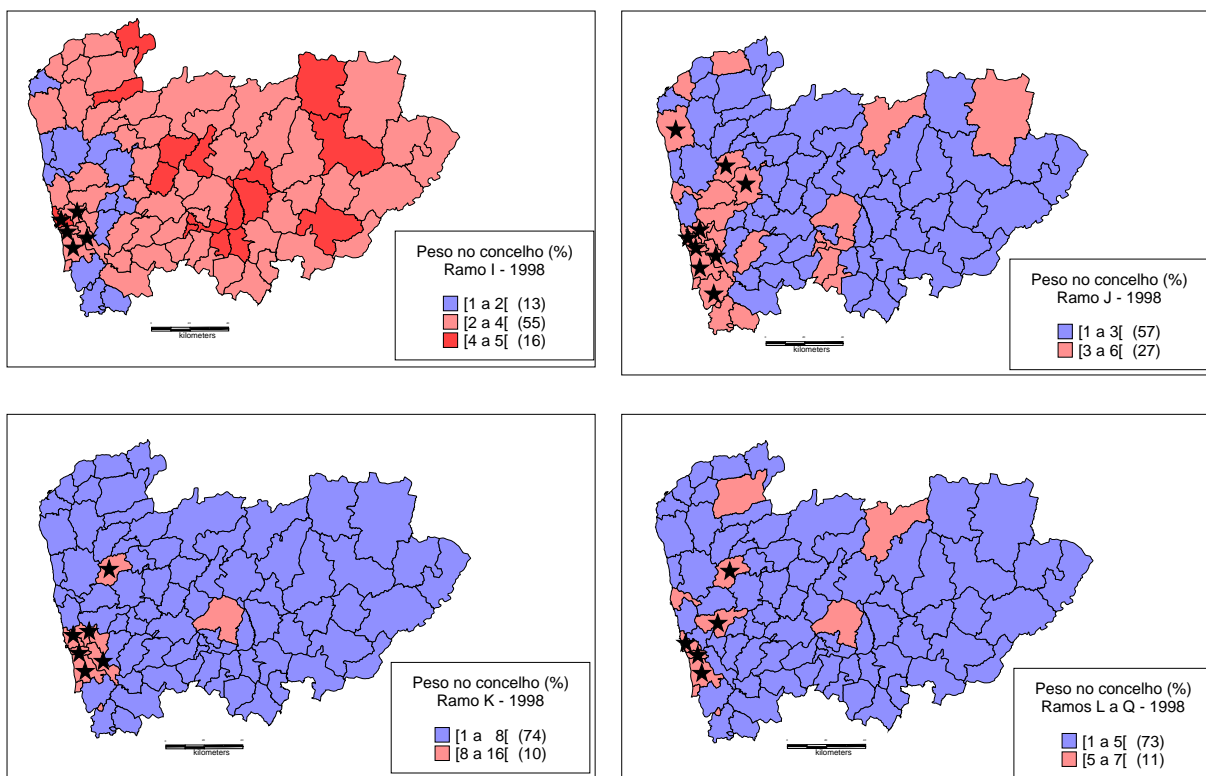
Fonte: CCRN, Fichas Concelhias, 1995 e 1999; INE, Anuários Estatísticos, 1996 e 1998

Fig. 4.17 – Empresas em 1998: peso do ramo concelhio no total das empresas do concelho, especialização concelhia no ramo e peso do ramo concelhio no total do ramo da Região Norte



(continua)

(continuação da fig. 4.17)



Nota: a) a definição de três classes para a representação do peso concelhio do ramo no total das empresas do concelho, teve por objectivo ilustrar quais os concelhos que se situavam abaixo (azul) dos valores homólogos regionais, os que registando valores iguais ou superiores se situavam abaixo do dobro (vermelho claro) e, finalmente, os que representam o dobro ou mais (vermelho mais escuro) – opção que possibilita a leitura sobre o grau de especialização concelhio em cada ramo
b) o símbolo H representa os concelhos que detêm valores de peso do ramo no concelho iguais ou superiores aos homólogos regionais, e cujo peso no total do ramo na região se situa em valores iguais ou superiores a 3%

CÓDIG O	ACTIVIDADE (CAE Rev. 2)
A + B	Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca
C	Indústrias extractivas
D	Indústrias transformadoras
E	Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água
F	Construção
G	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos, automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico
H	Alojamento e restauração (restaurantes e similares)
I	Transportes, armazenagem e comunicações
J	Actividades financeiras
K	Actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas
L a Q	Administração pública, defesa e segurança social obrigatória; Educação; Saúde e acção social; Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais; Famílias com empregados domésticos; Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: INE, Anuário Estatístico, 1998

cada um dos períodos³⁴, é possível observar que, apesar do menor significado que assumem em termos absolutos, as variações do número de empresas concelhias alcançaram valores mais elevados entre 1991 e 1996, sendo os concelhos do Alto Trás-os-Montes, alguns do Douro e do Cávado que lideraram esta ocorrência, o que traduz os parcos níveis registados no início do período, uma vez que, a diferença em valores absolutos já traduz uma distribuição que vai de encontro aos padrões de ocupação que se têm vindo a sublinhar – triângulo que se desenha à volta da Área Metropolitana do Porto e para o interior em Bragança, Chaves e Mirandela.

Aliás, mesmo denotando um dinamismo forte nos concelhos de localização mais periférica na região naquele período, já entre 1995 e 1998, só Montalegre e Castelo de Paiva registaram variações superiores a 25%, sendo que o padrão de distribuição em termos de diferença simples se mantém no essencial, mas agora com ganhos bastantes superiores e uma atenuação das perdas.³⁵

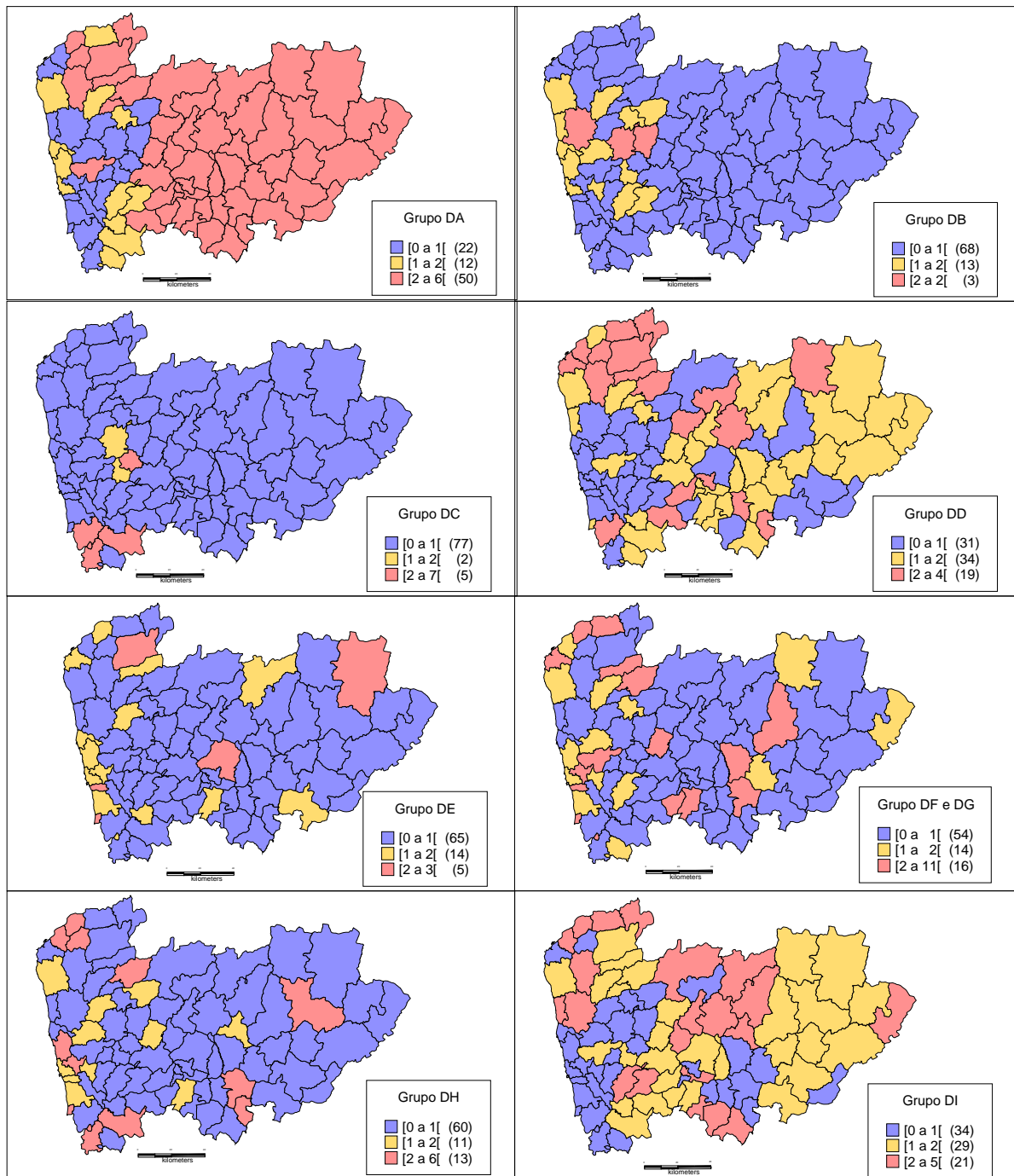
Ou seja, retém-se uma imagem de crescente dinamismo relativo nos concelhos localizados a leste, e a perpetuação de um conjunto mais forte que domina no litoral, o qual parece expandir-se em direcção ao interior e norte, ancorado nos centros de maior dinamismo. Por outro lado, as variações, ao atingirem valores extremos mais elevados entre 1991 e 1996, explicam-se talvez pelo esforço de adaptação/aproveitamento às condições decorrentes da adesão de Portugal à Comunidade Europeia, mas revelam também a atenuação das diferenças em termos de dinamismo empresarial.

A representatividade de cada ramo de actividade na estrutura empresarial concelhia, a sua especialização e peso regional (figura. 4.17) permitem identificar um

³⁴ O conceito de “empresa” adoptado pelo INE e pela CCRN, é manifestamente diferente a avaliar, por exemplo pelo total que em cada caso registam para o total de empresas da Região Norte: a CCRN regista nas Fichas Concelhias de 1995 e 1999, que em 1991 e 1996 existiam, respectivamente, 51126 e 65804 empresas, enquanto o INE refere nos Anuários Estatísticos de 1996 e 1998 que esses valores se cifram em 287252 no ano de 1995, e em 325449 em 1998. A grande diferença de quantitativos verificada explica-se pelo facto da CCRN excluir da sua classificação de “empresa” os empresários em nome individual.

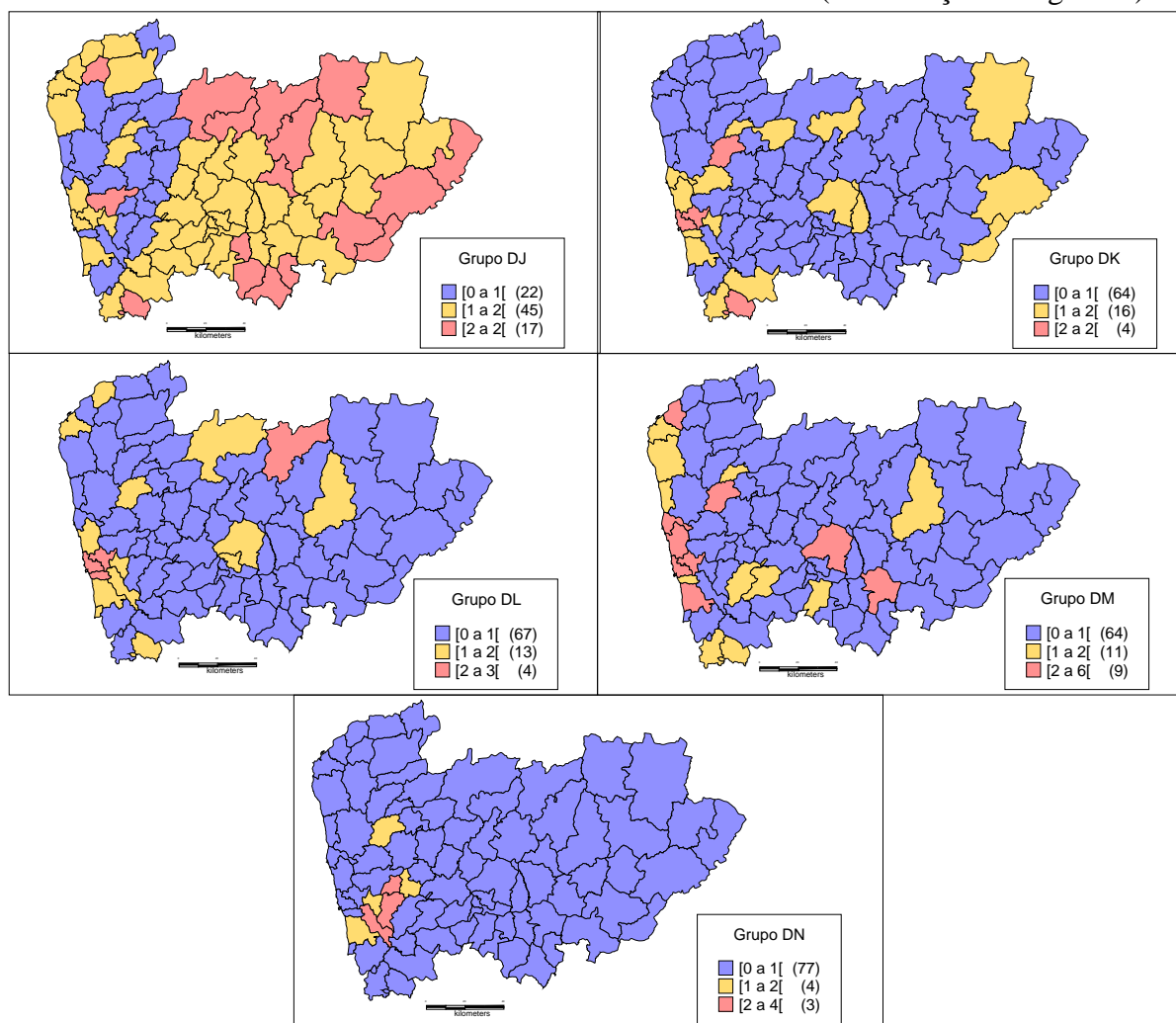
³⁵ Os valores mais elevados que no período anterior se insinuavam em eixos para o interior, surgem agora quase como um contínuo com menores diferenças.

Fig. 4.18 – Indústria Transformadora: índice de especialização dos concelhos da Região Norte, em 1998



(continua)

(continuação da fig. 4.18)



CÓD.	ACTIVIDADE (CAE Rev. 2)
DA	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
DB	Indústria têxtil
DC	Indústria do couro e dos produtos do couro
DD	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras
DE	Indústrias de pasta de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão
DF+DG	Fabricação de croque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear; Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais
DH	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
DI	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
DJ	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
DK	Fabricação de máquinas e equipamentos n.e.
DL	Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
DM	Fabricação de material de transporte
DN	Indústrias transformadoras n.e.

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1998

Quadro 4.2 – Diferença no número de empresas de indústria transformadora, por sub-ramo, entre 1995 e 1998: concelhos onde se verificaram os 4 melhor registos e 4 piores registos

Concelhos	DA	DB	DC	DD	DE	DF DG	DH	DI	DJ	DK	DL	DM	DN
AMARANTE						3	3						
AROUCA	-33												
BAIÃO	-16												-2
BARCELOS		519	-4	-15				22	23				
BRAGA	12					2			27	-9	5		
CARRAZEDA				-7									
CHAVES												-3	
ESPINHO		-14	-4			-6	3			-6			-3
FAFE		196						7					
FELGUEIRAS		-19	104		-4		-5	-5					
GONDOMAR	9		-18	19	21		4			-6	6		
GUIMARÃES			44	-14	-5				-8				
LAMEGO	-15												
LOUSADA				-9									
MACEDO									-7				
MAIA		-18				-6		-8			-4	6	
MATOSINHOS					13		-9	-7		8	13	-3	-6
MIRANDELA						4							
OLI. AZEMÉIS			122						31				
P. FERREIRA													82
PAREDES					-4						-5		95
PENAFIEL								7					
PONTE LIMA						2			-5				10
PORTO		-40				-15			-13	-22		-6	
RESENDE	-20												
FEIRA		-14	62	191	-8					-7			
S. TIRSO		175									-4		10
VALE CAMBRA										6		3	
VALENÇA							4						
VALONGO	12				13						-4		
VIANA CASTELO				34								3	
VILA CONDE							5				10		
V. N. CERVEIRA												3	
V. N. FAMALICÃO		151						8		11			
V. N. GAIA	17		-9	23	30	2	-8	-14	52	4	-13	-7	13
VIAL REAL												3	-3

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1995 e 1998

conjunto de concelhos onde domina a agricultura ... (A e B), os quais se distribuem na sua maioria pelos distritos de Bragança, Viana do Castelo e Vila Real. Trata-se de concelhos com uma parca diversificação empresarial, onde a aposta ocorre em segmentos tradicionais (agricultura) e no aproveitamento dos recursos locais, eventualmente associados a actividades turísticas (H), ramos de actividade que exigem uma adequação dos sistemas de transporte e armazenagem (I), uma vez que, os mercados potenciais se concentram nos aglomerados do litoral. Aliás, a propósito deste último ramo, é interessante notar que os concelhos cujo peso concelhio ultrapassa o dobro da região, apresentam uma distribuição que parece envolver os mais dinâmicos dessas sub-regiões, como Bragança, Vila Real e Braga/Guimarães. Os restantes ramos de actividade económica dominam no “triângulo” de maior densidade a ocidente e suas envolvências.³⁶

De facto, o exercício de conjugação dos registos, em que para pelo menos um ramo de actividade, o índice de especialização³⁷ é maior ou igual a 1, o peso do ramo concelhio no total do ramo da região é igual ou superior a 3% e a diferença do número de empresas é maior ou igual a 50, resulta numa mancha de concelhos contínua que se estende de Viana do Castelo até Oliveira de Azeméis, compondo um triângulo que se conclui com o vértice em Guimarães, sendo Montalegre a única excepção, pelo lugar que ocupa na agricultura.

³⁶ A indústria extractiva (C) revela uma distribuição muito concentrada em bandas de concelhos de posição marginal face ao aglomerados de maior importância na região. Pelo contrário a transformadora (D), fica em níveis idênticos ou superiores aos da região apenas numa mancha restrita, à volta da Área Metropolitana do Porto, entre Barcelos/Fafe e daqui para sul até Oliveira de Azeméis/Vale de Cambra. A envolver este conjunto, desenha-se uma banda também em semicírculo, onde a construção (F) assume lugar de destaque na economia concelhia e regional, definindo, muito provavelmente, a área de expansão dos territórios mais densos. O comércio e reparações (G), são as actividades que ocupam a maior percentagem das empresas dos concelhos, (mais de 24%), e as actividades financeiras (J), ou ainda o terciário público (L a Q) - actividades tipicamente urbanas -, revelam uma repartição territorial com algumas semelhanças, assumindo maior relevo nos territórios de maior densidade de ocupação ou com maior dinamismo económico.

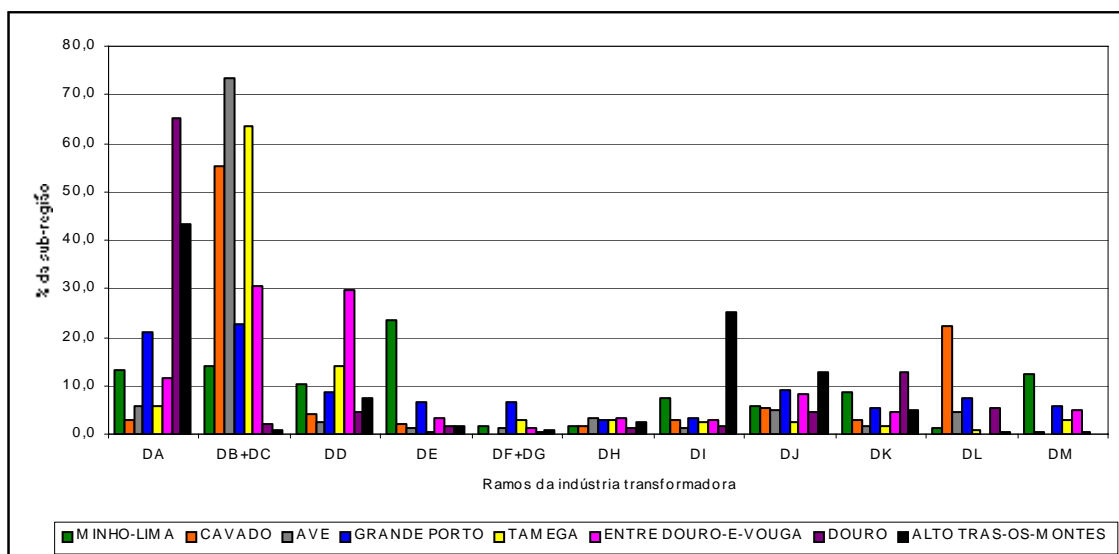
³⁷ índice de especialização = peso do ramo concelhio no total das empresas do concelho/ peso do ramo regional no total das empresas da região

Cabe ainda destacar, a propósito da indústria transformadora (figura 4.18 e quadro 4.2) não só a expansão dos segmentos como os têxteis e calçado para concelhos vizinhos dos espaços tradicionais (veja-se o caso de Fafe, para o primeiro caso e Arouca para o segundo), como também a atracção exercida pelos centros urbanos face a actividades mais exigentes em termos de mão-de-obra e mercado, nomeadamente a fabricação de máquinas e equipamentos ou de equipamento eléctrico e óptica. Ainda que com níveis de representatividade regional diferentes, destaquem-se os concelhos do interior, como Macedo de Cavaleiros, Penedono e São João das Pesqueiras ou, ainda o anel que se desenvolve em torno de Chaves, que apresentam uma estrutura empresarial, nalguns sub-ramos, que ultrapassam o dobro dos valores homólogos regionais. Trata-se, na generalidade, de indústrias químicas e de materiais não metálicos, com maiores necessidades de espaços, com requisitos de localização que não privilegiam a aproximação aos grandes centros urbanos, sem uma tradição clara na região ou, entre outras razões, com menores exigências em termos de qualificação de mão-de-obra.

Talvez por exigências em termos de proximidade de mercados, pela necessidade de uma boa rede de distribuição ou, ainda pela especialização e qualificação da mão-de-obra que envolvem, os sectores da alimentação; do papel, cartão, edição e impressão; as máquinas e equipamentos e, finalmente, o equipamento eléctrico e de óptica, registam maiores valores na diferença do número de empresas abertas em concelhos da Área Metropolitana do Porto, aos quais se junta, frequentemente, Braga.

Por último, deve admitir-se que as diferenças verificadas no número de empresas, nomeadamente as reduções, pode não significar perda de competitividade das empresas dos territórios envolvidos. Perante esta observação, optou-se por observar, por um lado, o volume de vendas nas sub-regiões, para cada sub-secção da indústria transformadora e, por outro, a repartição do total das expedições e chegadas para/de países da União Europeia, e as exportações e importações para/de outros países.

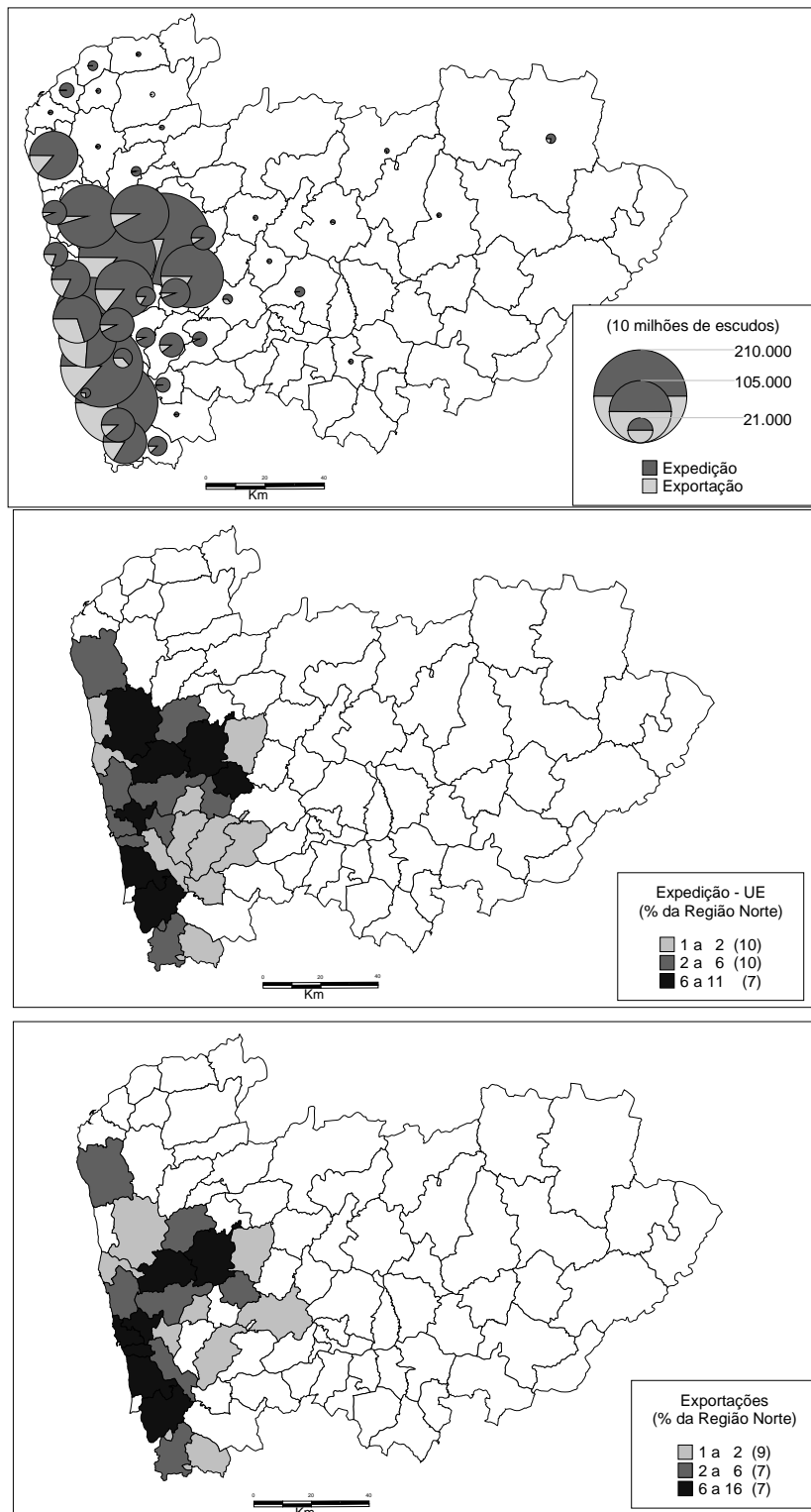
Figura 4.19 – Percentagem do volume de vendas em relação ao total da NUT III, por ramo da indústria transformadora, em 1996



CÓD.	ACTIVIDADE (CAE Rev. 2)
DA	Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco
DB	Indústria têxtil
DC	Indústria do couro e dos produtos do couro
DD	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras
DE	Indústrias de pasta de papel e cartão e seus artigos, edição e impressão
DF+DG	Fabricação de croque, produtos petrolíferos refinados e combustível nuclear; Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais
DH	Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas
DI	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos
DJ	Indústrias metalúrgicas de base e de produtos metálicos
DK	Fabricação de máquinas e equipamentos n.e.
DL	Fabricação de equipamento eléctrico e de óptica
DM	Fabricação de material de transporte
DN	Indústrias transformadoras n.e.

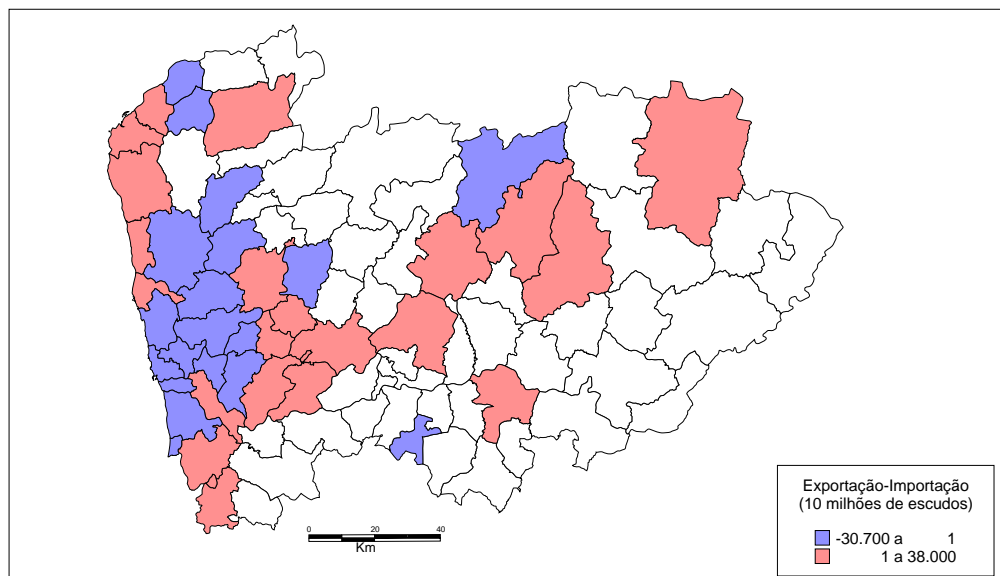
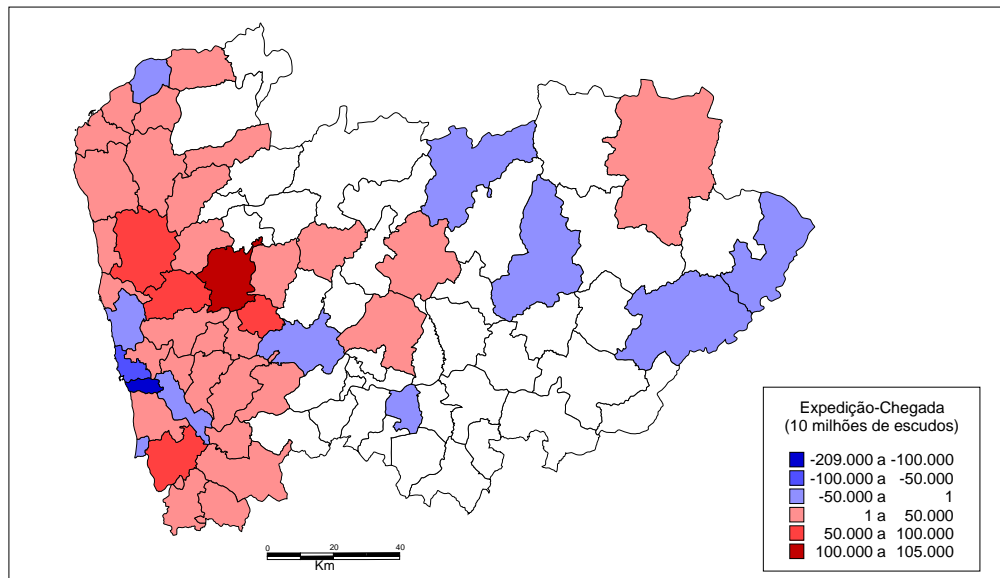
Fonte: CCRN, Fichas Concelhias, 1999

Figura 4.20– Expedição e exportação declarada pelas empresas dos concelhos da Região Norte, em 1997 (valores absolutos e percentagem da Região Norte)



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1998

Figura 4.21 – Diferença entre expedições e chegadas da União Europeia e entre exportações e importações de outros países, em 1997



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Norte, 1998

A repartição da representatividade do volume de vendas nas sub-regiões (figura 4.19), confirma, por um lado, a especialização regional nos sectores dos têxteis e couros, seguida da alimentação, e em menor percentagem pela indústria da madeira, sendo que a explicação para o significado em cada uma delas pode atribuir-se, por um lado, a uma menor diversificação da actividade e/ou à necessidade de aproximação aos centros de consumo, como acontece com a indústria da alimentação no Douro e Alto Trás-os-Montes, mas também no Grande Porto e, por outro, à inércia de localizações em áreas com tradição nos sectores, as quais prosseguem com a procura de espaços que facilitem o escoamento dos seus produtos, de que são exemplo os têxteis e calçado – segmentos fortemente vocacionados para a exportação.

O balanço global entre expedições e chegadas (figura 4.20) e entre exportações e importações (figura 4.21), revela que os países da União Europeia são os principais alvos das trocas regionais, que as exportações para estes países assumem particular relevo na auréola industrializada à volta do Porto (na qual sobressaem Barcelos, Guimarães e Famalicão – ligados aos têxteis -, e Felgueiras e Oliveira de Azeméis, às indústrias dos couros), mas o saldo exportações-importações extra-comunitárias, assume relevo num cordão de concelhos, de orientação nordeste sudoeste, que se desenvolve de Bragança a Oliveira de Azeméis – área de distribuição das indústrias químicas e outros produtos não metálicos. A este propósito, dados de 1997 (INE) dão conta de que das expedições feitas por um total de 6252 empresas portuguesas para países da União Europeia, mais de metade (3595) têm sede na Região Norte. Com 46% das expedições e 41% das exportações nacionais, a região apresenta-se com uma distribuição concelhia para estes indicadores muito concentrada no triângulo industrializado do litoral, onde dominam os sub-sectores com maior representatividade regional.

*

A adesão de Portugal à Comunidade Europeia em 1986, e o conseqüente aprofundamento das relações intra-comunitárias, constitui o factor explicativo principal para as dinâmicas económicas recentes. Mais incentivos, melhoria das condições de

acessibilidade através da construção de novos eixos de transportes e da distribuição mais equilibrada/proporcional de equipamentos (dos quais se destacam os pólos de ensino superior), têm resultado, ao que se crê, na consolidação de importantes eixos de desenvolvimento, sobressaindo:

- no Minho-Lima, Viana do Castelo, Caminha, Valença e Vila Nova de Cerveira, também devido à crescente relação que estabelecem com as áreas adjacentes de Espanha, têm evidenciado um forte dinamismo económico ligado ao terciário o que, a par de uma crescente qualificação da população, lhe tem valido uma afirmação no contexto regional;
- no Cávado, sobressaem Barcelos e Braga, com uma forte componente de base industrial e comercial, em particular a última;
- no Ave, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Santo Tirso e Vila Nova de Famalicão destacam-se pela sua vitalidade demográfica e uma estrutura produtiva centrada no sector industrial, mas também nos serviços;
- o Grande Porto, ao contrário da sub-região anterior, apresenta significativos índices de envelhecimento da sua população, em particular na cidade-mãe – o Porto, mas é o agrupamento onde os serviços detêm um peso mais relevante;
- no Tâmega, não fossem os elevados contingentes migratórios, a sua dinâmica económica muito ligada à indústria e a sua vitalidade demográfica, colocá-la-iam entre as mais dinâmicas da região;
- pelo contrário, o Douro, é uma sub-região rural por excelência onde emerge um importante eixo de desenvolvimento composto por Vila Real, Peso da Régua e Lamego;
- e finalmente o Alto Trás-os-Montes, sendo a sub-região mais envelhecida, comporta três concelhos (Bragança, Chaves e Mirandela) que se distinguem de todos os outros, não só pelos valores assumidos pelos serviços, e também alguma indústria, como pelos mais elevados níveis de qualificação da mão-de-obra.